

CAPÍTULO 4

EMPREENDEDORISMO COLETIVO: O PEASA e na construção de um modelo e de uma prática de extensão e intervenção.

A partir da década de 1990, uma nova perspectiva de desenvolvimento passa a ser difundida tendo como questões centrais a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o combate à pobreza. Uma nova estratégia de modernização – encoberta pelo discurso do desenvolvimento local (integrado e sustentável) passa a ser proposta, atrelada às iniciativas de “convivência com o semi-árido”. Como elemento desta nova estratégia de modernização, o PEASA vai aplicar, ao longo de sua trajetória, um modelo e uma prática de intervenção identificados como “empreendedorismo comunitário”.

O PEASA (enquanto braço da universidade), assim como outras instituições públicas e privadas (com forte atuação das ONG's), participa do movimento de adoção de novos modelos de desenvolvimento. O programa, enquanto extensão universitária que desenvolve suas ações junto a populações rurais do semi-árido paraibano, buscou novos caminhos para concatenar suas ações dentro desse novo leque de “necessidades” voltadas ao desenvolvimento do semi-árido nordestino.

Em linhas gerais, a proposta de extensão do PEASA tem por objetivo a promoção do desenvolvimento local, através da adoção de tecnologias sociais e de modificações nos sistemas produtivos das localidades onde atua, tornando-os mais racionais e permitindo, desta forma, uma inserção mais segura e eficiente no mercado capitalista. A racionalização das estruturas produtivas deveria ser acompanhada de uma mudança comportamental, afetando diretamente as relações sociais.

A opção em focalizar os sistemas produtivos locais tem feito com que o PEASA não tenha se envolvido diretamente em ações voltadas para a solução da questão hídrica enquanto mecanismo de desenvolvimento, apesar de sua experiência com a capacitação de recursos humanos para a construção de cisternas²⁷ de placa no semi-árido rural da Paraíba.

Essa ação focada nos sistemas produtivos locais resulta no modelo de intervenção baseado no *agribusines*, o empreendedorismo comunitário. Esse modelo, da maneira como aparece nos discursos dos técnicos do PEASA e em suas práticas, baseia-se no padrão clássico de empreendedorismo, mas, ao mesmo tempo, foge a lógica geral do empreendimento individual, da construção do empreendedor, do empresário. O empreendedorismo abarca uma série de definições, porém, em sentido amplo pode ser entendido como o estudo relativo ao empreendedor (perfil, origem, sistema de atividades, universo de atuação), aquele que se dedica à geração de riquezas (transformação de conhecimentos em produtos e serviços), gerando conhecimentos ou inovações em áreas diversas (DOLABELA, 1999).

Na perspectiva de atuação do PEASA a comunidade passa a ocupar o lugar do indivíduo (empreendedor) e é pensada (como um ser homogêneo, não-conflituoso, substancializado) como fonte das transformações consideradas necessárias para que se alcancem os objetivos de aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos locais e inserção no mercado, gerando emprego e renda.

A passagem do individual para o coletivo é legitimada por pressuposições acerca das populações alvo dos programas do PEASA e por avaliações valorativas nem

²⁷ Capacitação realizada entre 1997 e 2004 em parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PaqTc-PB e a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Paraíba - SETRAS-PB, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, PLANFOR/PEQ-PB e as comunidades e/ou Prefeituras Beneficiadas (PEASA, 2004).

sempre explícitas, ainda que claramente identificáveis. De um lado, um diagnóstico negativo acerca da disposição e mesmo do potencial dos nordestinos do semi-árido rural em mudar mentalidades, hábitos e comportamentos (numa versão mal disfarçada de um determinismo cultural que associa à tradição e aos costumes locais a ineficiência de seus sistemas produtivos e a dificuldade de se inserir no mercado) e, de outro lado, a idéia de que qualquer intervenção – para não reproduzir o clientelismo e o paternalismo – deve se voltar para a comunidade e não para indivíduos particulares. Uma idéia moral de comunidade como lugar do bem, a vida coletiva percebida como livre (ou mais facilmente libertada) dos vícios e das limitações individuais.

O *empreendedorismo comunitário* tem como princípio a noção de comunidade como espaço de construção de uma coletividade politicamente organizada, com uma cultura homogênea e uma equidade social quase que obrigatória, um lugar onde uma economia integrada num sistema produtivo compartilhado seria o caminho único de sobrevivência dos sujeitos que, sozinhos, estariam fragilizados e vulneráveis. Essa noção de comunidade serve de alicerce para a escolha de um modelo de intervenção defendido como viável para a realidade do semi-árido, operacionalizado a partir de uma produção racionalizada pela introdução de uma lógica administrativa do tempo, do espaço e dos produtos, incluindo a perspectiva de uma logística planejada e executada coletivamente.

Essa percepção, como mostraremos neste capítulo, vai orientar a formulação de projetos de desenvolvimento (ou de melhoria da qualidade de vida, de combate à pobreza, de geração de emprego e renda) e práticas de intervenção que se fundamentam em um diagnóstico equivocado e simplificador acerca dos problemas enfrentados pelas populações do semi-árido e por um padrão valorativo que vale para “comunidades” rurais, mas que nem de longe deve valer para as “comunidades” dos próprios técnicos ou dos verdadeiros empreendedores.

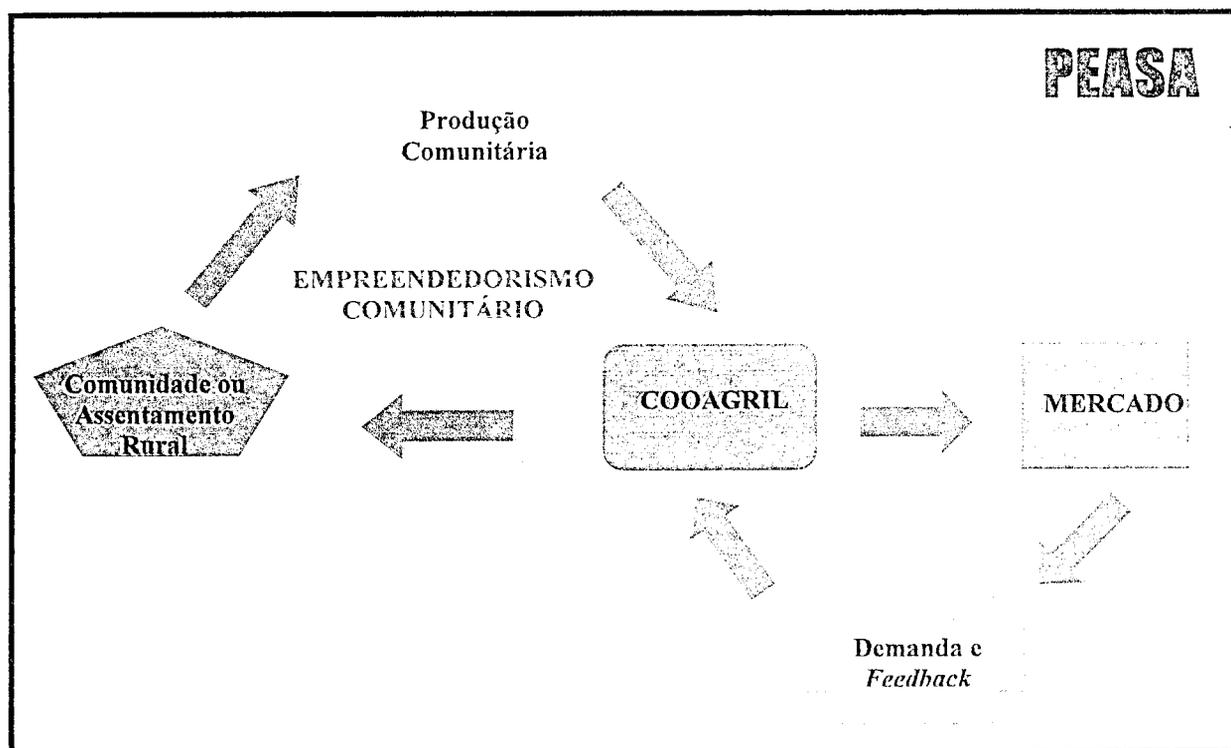
A metodologia aplicada pelo programa na implantação dos pólos agroindustriais no semi-árido paraibano define como primeiro pré-requisito para escolha das comunidades a serem envolvidas a motivação de se trabalhar coletivamente, verificável pela existência de algum tipo de organização política (associação de produtores ou moradores). Nos casos em que estas organizações não existam, as comunidades são incentivadas a criarem uma associação. A opção por estabelecer a associação como interlocutor privilegiado não é exclusividade do PEASA. Programas e projetos de instituições públicas e privadas seguem a mesma regra (e os mesmos pressupostos e avaliações valorativas acima indicados).

A partir daí, realiza-se o chamado “diagnóstico rápido participativo” que, por meio de entrevistas e observações diretas nas comunidades, permite visualizar o contexto social, econômico e cultural daquela localidade. A fase de capacitação vem logo em seguida, constituindo-se também em um momento de concatenação de um projeto coletivo que seja capaz de trazer o desenvolvimento através do que já é produzido localmente, agora, com um diferencial, o valor agregado aos produtos por meio de uma racionalização do processo produtivo já desenvolvido. Depois dos agentes capacitados e aptos a desenvolver o projeto, momento importante no forjar de um espírito empreendedor, é organizado um esquema de acompanhamento, incluindo um fator importante, a central de distribuição, a Cooperativa Agroindustrial (COOAGRI) incubada no PaqTec-PB, responsável última pela logística e pela comercialização dos produtos comunitários (Quadro V, página seguinte).

O modelo do empreendedorismo comunitário é a mola propulsora do desenvolvimento local pretendido pelo PEASA, dentro de um amplo processo modernizador das estruturas produtivas. Entretanto, apesar de pregar os princípios de desenvolvimento local integrado e sustentável, o programa acaba não permitindo

discussões, por exemplo, sobre a sustentabilidade no uso dos recursos naturais ou sobre as vinculações entre estruturas produtivas, condicionantes políticas, econômicas e técnicas com os quais se defrontam as populações atendidas (alvo da intervenção).

Quadro V – Representação gráfica do esquema coordenado pelo PEASA nas agroindústrias.



A presença do *empreendedorismo comunitário* é decisiva para que se possa compreender a proposta desse programa, o que acaba por ser corroborado por sua metodologia e escolha de parcerias, a exemplo da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e do SEBRAE-PB, refletindo um programa de extensão universitária que assume uma roupagem específica quando se trata de intervenção no social, ligado não apenas a uma estratégia de desenvolvimento local mais a um projeto modernizador das estruturas produtivas e, por extensão, das relações sociais.

Nossa proposta no presente capítulo tem por objetivo problematizar o modelo de intervenção do PEASA – o empreendedorismo comunitário. Para tanto, desenvolvemos um estudo exploratório a partir de documentos (projeto de implementação das unidades agroindustriais, relatório anual de atividades, documento base de constituição do programa); entrevistas (com o coordenador geral, a técnica responsável pela agroindústria de Cuiuiú, a coordenadora da COOAGRIL e 06 membros da comunidade de Cuiuiú, sendo 3 participantes da cooperativa de artesãs e 3 produtores locais) e observações de campo (visitas a agroindústria de artesanato de Cuiuiú e a sede do programa no PaçTc-PB).

4.1 Os conceitos articulados pelos agentes do PEASA para basear sua intervenção.

O modelo de prática extensionista desenvolvido pelo PEASA²⁸ baseia sua intervenção em um conjunto de conceitos²⁹ que aparecem tanto nos documentos produzidos pelo programa como nas falas de seus representantes. Esses conceitos servem de base para a compreensão sobre o lugar da intervenção e a implantação e coordenação dos projetos. Dividimos estes conceitos em dois grupos: primeiro os conceitos que influenciam diretamente a prática da intervenção (semi-árido, agronegócio/agribusiness, sistemas ou arranjos produtivos locais), e segundo, os que não aparecem diretamente nessas práticas, mas, servem para sua legitimação (planejamento ambiental, desenvolvimento sustentável).

²⁸ Disponível em <<http://www.peasa.ufcg.edu.br>>

²⁹ Os conceitos que aparecem adiante foram extraídos em sua maioria de um texto disponível do site oficial do PEASA, complementados pelas falas dos entrevistados na pesquisa.

4.1.1 Conceitos que orientam a intervenção

4.1.1.1 O semi-árido e o diagnóstico dos seus problemas

O primeiro conceito a se destacar na busca da compreensão sobre o modelo de intervenção que o PEASA aplica é o de semi-árido, o diagnóstico feito pelo programa sobre a região transmite a visão desenvolvida por ele acerca do espaço social onde atua.

A região semi-árida do Nordeste é apresentada nos textos do programa e pelos seus agentes como um território homogêneo, principalmente ao não levar em conta as diferenças que envolvem a relação entre sua zona urbana e sua zona rural:

A ordenação do espaço regional é mal estruturada, pobremente articulada, deficiente de infra-estrutura (...) com o interior raramente servido de núcleos urbanos de porte médio e pontilhado de pequenas cidades, muitas delas meras projeções de um meio rural igualmente estagnado. (PEASA, 2004, p. 06)

A seca (caracterizada como ausência, escassez, pouca frequência e limitada quantidade e/ou má distribuição das chuvas durante o período do inverno) aparece nos textos do programa como um fenômeno tipicamente físico e determinante das relações sociais locais, o que é acompanhado de uma “tecnologia” tradicional definida como frágil e responsável pela desigualdade social, pobreza e o êxodo populacional:

As características do meio ambiente condicionam fortemente a sociedade regional, a sobreviver principalmente de atividades econômicas ligadas basicamente à agricultura e a pecuária. Estas se realizam sempre buscando o melhor aproveitamento possível das condições naturais desfavoráveis, ainda que apoiadas em base técnica frágil, utilizando na maior parte dos casos, tecnologias tradicionais. (PEASA, 2004, p. 10)

A sociedade local é descrita nesse texto como predominantemente rural e dedicada à atividade agropecuária, tendo sua estrutura fundiária baseada no grande número de pequenos estabelecimentos de produção familiar. A seca e a estrutura fundiária são apontadas como causas centrais dos inúmeros problemas da região, a exemplo do

êxodo rural, porém, em se tratando de estrutura fundiária, a problematização é inexistente principalmente em relação a concentração das terras. Por outro lado, o programa aponta a importância da produção alimentar nessas pequenas propriedades rurais para as relações sócio-econômicas da região:

Registra-se que mais de 70% da produção dos principais alimentos é oriunda das pequenas propriedades agrícolas de menos de 100ha, onde reside a maior parte da população rural, estes produtores representam 91% das unidades de produção, apesar de ocupar apenas 28% da área dos estabelecimentos. Estes dados demonstram a importância econômica e social do pequeno estabelecimento rural.

Analisando-se, entretanto, as condições alimentares dos produtores e os investimentos públicos em educação, saúde, habitação, geração e difusão de tecnologia, é que se tem a dimensão do débito da sociedade brasileira para com as populações rurais do país, particularmente com a população do semi-árido. (PEASA, 2004, p. 01)

Essa mesma agricultura destacada como importante para segurança alimentar é também usada pelo programa como exemplo das conseqüências da visão tradicional para o desenvolvimento da região, a qual termina sendo tratada pela sociedade e pelo Estado como um elemento isolado dos sistemas maiores.

Um dos setores, no Brasil, e especialmente no semi-árido nordestino, onde a visão tradicional tem sido mais desastrosa é a agricultura. A cadeia de alimentos e fibras - o mais complexo sistema da sociedade brasileira - é ainda ignorada pela sociedade e pelo governo, que insistem em considerar os vários elementos - que, dentro dela, estão em contínua interação - como segmentos isolados da economia. Daí a dificuldade, até a impossibilidade, de definição de políticas consistentes para os vários elementos do sistema, simplesmente pela ignorância ou desconsideração do próprio sistema. (PEASA, 2004, p. 12)

O programa destaca ainda o déficit da balança comercial e a falta de vantagens competitivas, tudo apontado como decorrência quase que total da agricultura tradicional de subsistência.

(...) nos últimos anos 25 anos, o Nordeste tem apresentado elevadas taxas de crescimento, comparáveis às do Brasil, ainda assim, o semi-árido padece de sérias vulnerabilidades. Elas são de natureza econômico-social, geoambiental, científico-tecnológico e político-institucional. (...) além das vulnerabilidades climáticas do semi-árido, grande parte dos solos encontra-se degradada. Os recursos hídricos caminham para a insuficiência ou apresentam níveis elevados de poluição. A flora e a fauna vêm sofrendo a ação predatória do homem. E os frágeis ecossistemas regionais não estão sendo protegidos, ameaçando a sobrevivência de muitas espécies vegetais e animais e criando riscos à ocupação humana (...) (PEASA, 2004, p. 04)

O diagnóstico que o programa realiza no intuito de compreender o espaço onde pretende desenvolver suas ações volta-se para uma série de problemas enfrentados pelo semi-árido desde muito antes da criação do PEASA. Apesar de já introduzir os conceitos de qualidade de vida e vulnerabilidade das populações frente à seca, pouco se discute sobre a concentração de terras e a má distribuição de renda, fatores essenciais para se entender o percurso do desenvolvimento regional até os dias de hoje. A descrição realizada pelo programa sobre o semi-árido acaba por apontar os obstáculos do seu desenvolvimento, provocado principalmente pela falta de crescimento econômico que seria sanada, de acordo com o programa, por um processo de racionalização das estruturas, em outras palavras por um amplo processo de modernização.

4.1.1.2 Os Sistemas Produtivos Locais – SPL

A partir da compreensão que o programa desenvolve sobre o semi-árido, principalmente quando aponta as dificuldades da economia local, é possível perceber que seu olhar volta-se diretamente para o Sistema/Arranjo Produtivo Local.

O desenvolvimento da região, na visão do PEASA, teria como mola propulsora os Sistemas Produtivos Locais (SPL), definidos em seus documentos como o conjunto de toda a tradição produtiva envolvendo desde técnicas e métodos produção até o tipo de comercialização, enfatizando-se as vocações produtivas de cada localidade:

É justamente da conjugação do meio ambiente adverso com a atividade econômica basicamente dependente da natureza que emerge a extrema vulnerabilidade deste sistema produtivo sujeito a virtuais colapsos nas ocasiões climáticas desfavoráveis à produção. Daí, em parte, derivam a fragilidade da economia regional, a pobreza generalizada e a miséria absoluta em uma escala que fazem o Nordeste brasileiro junto com sua porção semi-árida, o maior bolsão de miséria de todo o hemisfério ocidental. (PEASA, 2004, p. 01)

Na percepção do programa o clima juntamente com a visão tradicional que condiciona os SPL's são fatores que aumentam a fragilidade da região semi-árida, impedindo o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida. O investimento na otimização desses sistemas serviria como mola propulsora do desenvolvimento, principalmente através da ênfase nas vocações locais e no processo de agregação de valor aos produtos, permitindo uma inserção mais segura no mercado.

(...) o programa tenta difundir para as comunidades, para os grupos de pequenos produtores essa possibilidade deles atuarem no mercado concorrendo com grandes grupos, mas que ele tem uma fatia nesse mercado e aí tem o apelo, por exemplo, de ser artesanal, não utilizar, por exemplo, produtos agrotóxicos. Todo esse apelo de não agredir o meio ambiente, serem produtos artesanais, de serem produtos com a cara do produtor da região do semi-árido, isso é uma coisa que a gente tenta utilizar bastante para viabilizar. (Pedagoga coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

A articulação do conceito de Sistema Produtivo Local³⁰ na experiência do PEASA segue uma linha de pensamento que vem sendo trabalhada por outras instituições desde a década de 1990, esse conceito emerge agregado às discussões em torno de um desenvolvimento voltado para o local, para o fortalecimento das experiências construídas a partir de realidades particulares, no intuito de fortalece-las para uma inclusão competitiva na realidade global. Todo o processo de intervenção do PEASA parte das peculiaridades dos SPL's, sendo direcionadas todas as energias no intuito de racionalizar esses sistemas para inseri-los em mercados mais abrangentes e, a partir daí, provocar através da melhoria das condições econômicas um aumento da qualidade de vida destas localidades.

4.1.1.3 *Agribusiness/Agronegócio*

³⁰ Conceito científico utilizado pela Agronomia e pela Sociologia Rural apropriado por instituições vinculadas às atividades rurais como ONG's e órgãos de extensão rural.

Agregado ao conceito de SPL, principalmente como mecanismo de acesso ao desenvolvimento local, estaria o de agronegócio e o de *agribusiness*. O agronegócio é um tipo de negócio oriundo da produção agrícola em grandes extensões de terra, geralmente monocultura extensiva, porém, é utilizado pelo PEASA com sinônimo de *agribusiness* – qualquer tipo de negócio que envolve agropecuária. O programa utiliza indiscriminadamente ambos os conceitos, em seus textos ou nas falas dos seus agentes, para designar o tipo de negócio que pretende desenvolver em suas intervenções: o negócio voltado ao pequeno produtor e gerenciado de maneira coletiva, comunitária.

Nos textos do programa o *agribusiness* é o caminho pelo qual a produção agropecuária se integraria à economia global, sem esquecer sua importância na geração de alternativas para o problema da segurança alimentar:

Está no *Agribusiness* uma das saídas, a médio prazo, para acelerar a integração da produção agropecuária nordestina à economia regional e nacional, e é ele também que oferece a grande oportunidade de descentralização agroindustrial. Até mais importante do que isso tudo, depende do *Agribusiness* a Segurança Alimentar de uma região, pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa. A visão é a de que a vocação, a capacitação e os recursos brasileiros no *Agribusiness* podem, se bem administrados, contribuir, de forma decisiva, para vencer os quatro grandes desafios da sociedade nordestina: o desenvolvimento sustentado, a integração à economia nacional e internacional, a melhoria da distribuição de renda através da desconcentração de pólos de desenvolvimento e a preservação do ambiente. (PEASA, 2004:03)

Para o programa o *agribusiness* é essencial na construção do desenvolvimento local via valorização das vocações produtivas constituintes dos SPL's, apostando na capacitação do capital humano existente como fonte de riqueza. A garantia da segurança alimentar também passaria a ser uma tarefa importante do *agribusiness*, a qual teria uma participação direta no aumento da qualidade de vida e da equidade social.

Nessa perspectiva, o tipo agronegócio apontado pelo PEASA acaba buscando a reprodução de um perfil de camponês como empresário. Além da necessidade de se forjar

o perfil do empreendedor esse ainda é forçado a se adaptar a uma atuação coletiva, comunitária:

(...) empreender é você gerar oportunidade de negócio dentro da filosofia do camponês, evidentemente o que a gente chama de empreendimentos comunitários, o PEASA anda nessa linha de empreendimentos comunitários, não é empreendimento para a pessoa ficar tirando benefício próprio em detrimento do restante da comunidade (...) empreendedorismo no sentido de haver essa cooperação, essa parceria essa cooperação mesmo entre membros da comunidade para viabilizar o negócio e gerar oportunidade e renda pra comunidade como um todo (...). (Coordenador geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

O empreendedorismo comunitário, portanto, distancia-se do seu foco original aplicado pela administração no desenvolvimento do empresário e do negócio individual. Na visão do programa o “individualismo” do pequeno produtor aumentaria sua vulnerabilidade, estando no empreendimento comunitário baseado no associativismo, a base na qual a comunidade serviria de apoio para a sustentabilidade do negócio, agregando-se à criação de um sistema racional de gestão comunitária com introdução de métodos e tecnologias sociais voltadas à construção do desenvolvimento local via fortalecimento das vocações produtivas e dos SPL's.

A maneira como os conceitos (Semi-árido, SLP, *agribusiness/agronegócio*) emergem nas práticas do programa serão apresentados adiante. Antes se faz necessário compreender outras categorias que aparecem nos textos, mas, não diretamente nas intervenções.

4.1.2 Conceitos não articulados na intervenção

Os conceitos não articulados diretamente na intervenção do PEASA (Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) revelam o viés modernizador do programa, concatenando uma série de elementos de legitimação da sua prática.

4.1.2.1 Planejamento Ambiental

A partir de sua proposta inicial de atuação junto às bacias hidrográficas da Paraíba, como visto no Capítulo III, o PEASA abre espaço em seus textos para uma breve discussão sobre Planejamento Ambiental, buscando-se perceber o meio ambiente a partir de uma relação sistêmica e integrativa (homem-natureza-sociedade).

O planejamento ambiental destacaria-se como um processo político, social, econômico e tecnológico, de caráter educativo e participativo, gerador de um desenvolvimento equilibrado como resultado, também, de uma educação ambiental, vivenciada através de programas e atividades específicas. Nesse processo o programa destaca como fator fundamental a *educação ambiental*, procedimento central na mudança de comportamento frente ao desenvolvimento local: *“Educação Ambiental pode ser entendida como uma busca consciente de um conjunto de atividades de caráter sócio-ambientais para o desenvolvimento comunitário, onde é reconhecido e considerado o saber popular das comunidades”*. (PEASA, 2004, p. 02)

Os Conselhos Municipais são apontados pelo PEASA como agentes centrais no processo de planejamento e gestão ambiental, devendo utilizar dos diversos mecanismos de cooperação, instrumentos jurídicos, pactos ou acordos firmados dentro dos municípios com a participação de diversas instituições (prefeituras, sindicatos, associações de classe, cooperativas etc):

Conselho Municipal é um eficiente mecanismo de cooperação dentro dos municípios, que lhes possibilita a consecução de obras, serviços e atividades de interesse comum a diversas instituições, de caráter temporário ou permanente, racionalizando investimentos e viabilizando empreendimentos que, de maneira isolada, talvez fossem inexecutáveis ou antieconômicos. (PEASA, 2004, p. 02)

Pensar o meio ambiente a partir de uma perspectiva de planejamento e gestão implica introduzir, na relação homem/natureza, um viés modernizador. A discussão sobre planejamento ambiental trazida pelo programa acaba por revelar seu intuito em modernizar as estruturas, na medida em que busca, através de educação, uma mudança de mentalidade via processo de capacitação. Por outro lado, essa preocupação com o meio não se reflete diretamente nas práticas do programa, servindo apenas para justificar a sua proposta de racionalização dos processos.

4.1.2.2 Desenvolvimento Sustentável

A preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento é algo que sempre aparece nos textos e documentos do PEASA. Desenvolvimento Sustentável é apresentada a partir de um conjunto de “(...) *condições de durabilidade ao longo do tempo. Para isso, deve ser economicamente sadio, socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade*”. (Araújo, 2001, p. 03)

O desenvolvimento sustentável é um conceito bastante complexo e ainda pouco compreendido pelo programa, apesar da preocupação e inserção nos textos e discursos dos técnicos. A necessidade de uma continuidade dos projetos, agregada a autonomia das comunidades, perante o processo de desenvolvimento local é uma preocupação presente nas falas dos agentes, porém, na prática, isso é trabalhado muito sutilmente, desfavorecendo a sustentabilidade das intervenções:

A perspectiva do PEASA é essa, porque ele não visa ver apenas esse grupo que está trabalhando hoje melhore suas condições de vida, mas, que seja detonado um processo nessa comunidade que os que estão vindo também possam se agregar nesse grupo e possam melhorar, que essa atividade ela perpetue no tempo e possa crescer, atingir também as outras gerações e o próprio meio ambiente é uma preocupação do PEASA também - a não degradação do meio ambiente, aproveitar os recursos naturais que tem sem acabar com esses recursos, mas fazendo com que eles sejam aproveitados de

uma forma racional que alguns possam ser substituídos por outros renováveis (...) a nossa preocupação é essa que seja hoje e seja amanhã também. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

O desenvolvimento sustentável é apontado pelo programa como um modelo viável para o semi-árido, o qual representaria mais crescimento e mais riqueza para a região, apresentando-se em termos de melhoria da qualidade de vida da população local (mais educação, qualificação, saúde, renda e habitação):

(...) o nosso objetivo, desde o início, era melhorar a qualidade de vida deles, no sentido mais amplo possível, melhorar a questão da educação. Então a gente trabalhou na perspectiva de que eles ficassem na escola, quem não estava na escola, as crianças que trabalhavam ajudando os pais (...). A gente fez um levantamento lá, eram cerca de 80 a 90% analfabetos, os adultos (...) então trabalhar para que eles pudessem desenvolver a atividade deles, gerar renda suficiente para que pudessem ter acesso a todos esses bens que a gente considera ainda privilégio de alguns (...). Então com esse grupo a gente tentou proporcionar, a gente viu que não dava pra trabalhar com todo mundo, mas que esse projeto tivesse um efeito multiplicador tanto dentro da comunidade, outras pessoas fossem se agregando, quanto o sucesso dele repercutisse em outras comunidades, e outras pudessem desenvolver também a mesma experiência. Então desenvolver pra gente é isso: melhorar as condições de vida dessa comunidade que vivia de uma forma bastante precária, qualquer melhoria que ia acontecendo e que a gente percebia já era um aspecto positivo que o projeto estava alcançando seus objetivos. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

Desenvolver sustentavelmente, de acordo com o programa, é crescer economicamente e gerar maior qualidade de vida. Porém, a sustentabilidade desse desenvolvimento deixa a desejar na medida em que os projetos possuem pouca autonomia, gerando uma dependência que provocaria o encerramento do processo caso o programa se retirasse da comunidade, somado as poucas discussões realizadas sobre a relação homem/natureza e sobre o uso sustentável dos recursos.

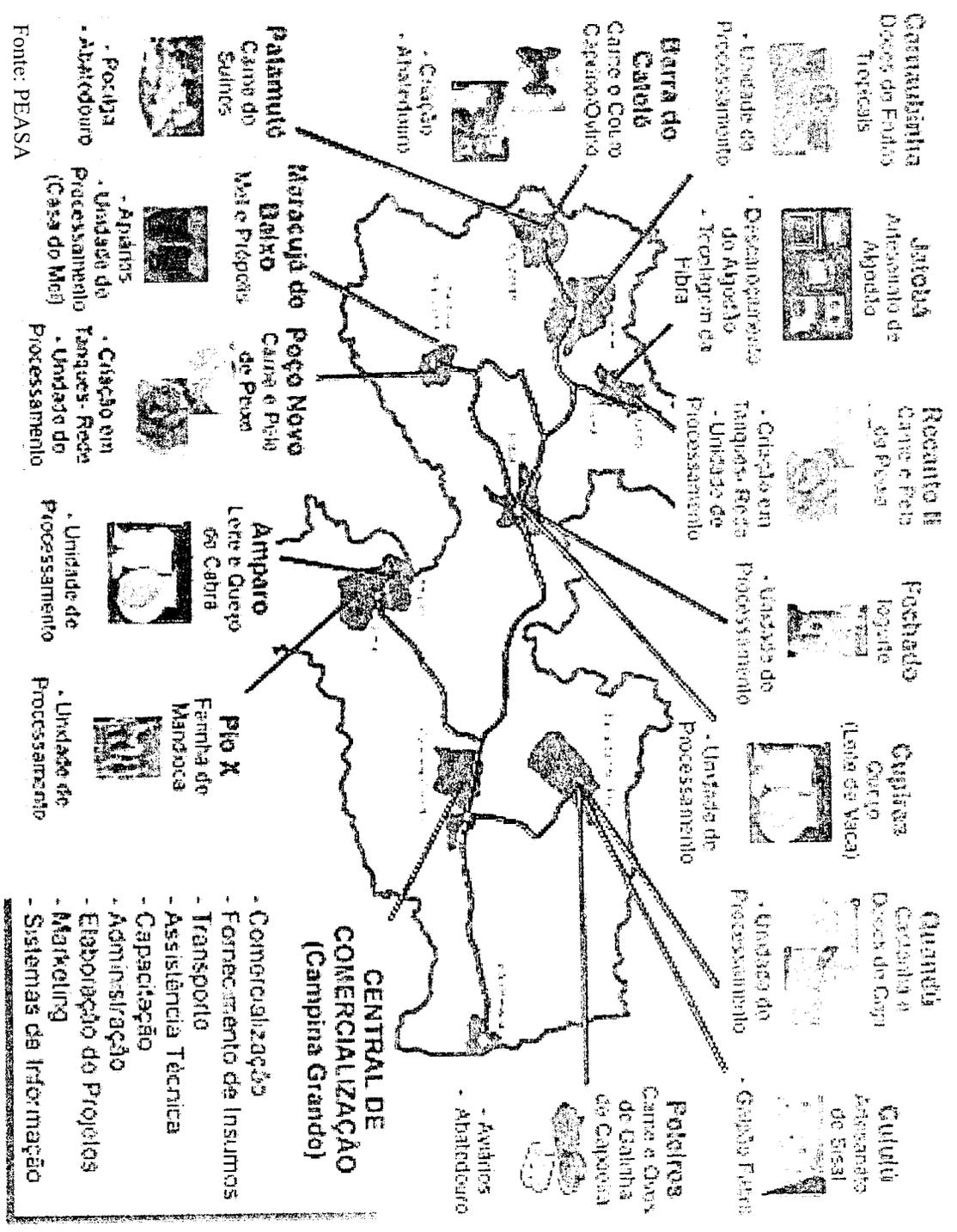
4.2 A prática da intervenção: operacionalização de um modelo

A experiência do PEASA é marcada por uma metodologia bastante específica, a qual busca promover o desenvolvimento local (aumento do nível de qualidade de vida) via processo de fortalecimento dos SPL's. Este contexto se dá por meio da valorização das vocações produtivas via processo de agregação de valor logístico aos produtos (racionalização produtiva), tudo dentro da lógica dos empreendimentos comunitários.

Seu projeto inicial contemplava a criação de sete agro-pólos (com um ou mais agroindústrias) em localidades representativas do semi-árido paraibano, baseando-se sempre na existência de um potencial hídrico permanente. Esse projeto tinha como objetivo central o desenvolvimento do potencial produtivo das comunidades rurais via identificação e valorização dos SPL's e suas vocações:

Então essas agroindústrias não seriam coisas pensadas por nós, mas, a partir de uma vocação que a comunidade tem, por exemplo Cuiuiú já trabalhava com corda, toda a tradição deles é a corda, a cordoalha, e o sisal também, que é uma planta e uma cultura também tradicional naquela região (...) o Curimataú é hoje ainda quem detém essa cultura. Outra comunidade como Polciros que, por exemplo, já criava galinhas naquele sistema de criar solta de qualquer jeito, essas galinhas de capocira como eles chamam. O sertão, por exemplo, uma comunidade que produzia muita fruta, mas não aproveitava as frutas, no alto sertão em Cajaciras criavam porcos, criavam cabras. No Cariri também comunidades que desenvolviam atividades da caprinocultura. Então, a partir dessa identificação dessa vocação que a gente começou a trabalhar mais especificamente e diretamente, assim dentro daquele seguimento que a gente identificou como uma oportunidade de negócio para eles e agregando valor aos produtos que eles já desenvolviam rudimentarmente alguns ou de uma forma sem muito controle. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

Figura IV – Ilustração do que seriam as UGEA's e seus agro-pólos.



A figura IV (página anterior) representa o que seriam os agro-pólos e suas vocações produtivas, a idealização do resultado dos produtos já trabalhados logisticamente e o papel da central de comercialização localizada em Campina Grande – PB. Porém, atualmente, dos projetos comunitários de implantação de unidades agroindustriais no semi-árido encontram-se em funcionamento apenas Cuiuiú e Poleiros (Barra de Santa Rosa), Jericó (Catolé do Rocha) e Amparo (Quadro VI). Todos os projetos foram submetidos a uma metodologia muito particular que se divide em quatro etapas: **Identificação, Proposição, Execução e Sustentação**. (Figura IV, página seguinte)

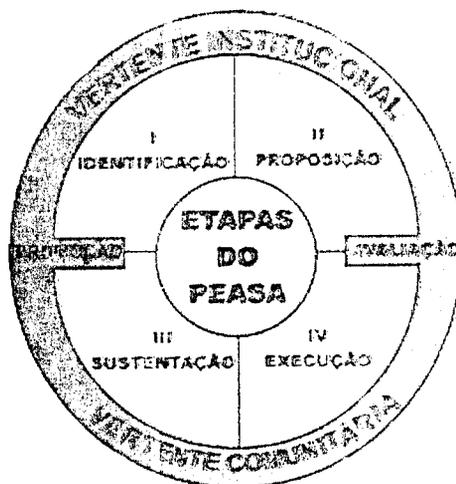
Quadro VI – Projetos comunitários das Unidades de Produção Agroindustrial do Semi-Árido.

| Unidades de produção agroindustrial do Semi-árido ³¹ | SITUAÇÃO (Todas em fase de conclusão) | PARCERIAS |
|---|--|--|
| Unidade de Cuiuiú: | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão da ampliação da Unidade de Artesanato; Desenvolvimento de novos produtos artesanais derivados do sisal; desenvolvimento do site da Unidade; Apoio ao processo de marketing e comercialização dos produtos;apoio logístico. | Paqtec, COOAGRIL, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil. |
| Unidade de Jericó | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão da unidade de processamento de pescado; capacitação da comunidade de recanto e instalação de 42 tanques. | Paqtec, COOAGRIL, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil. |
| Unidade de Amparo: | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração do projeto e obtenção de recursos para ampliação da unidade de processamento de leite e derivados e obtenção do SIF. | Paqtec, COOAGRIL, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil. |

Fonte: PEASA

As outras unidades agroindustriais apresentadas na figura III estão paralisadas, foram concluídas ou funcionando parcialmente sem o auxílio do PEASA devido a fatores como final dos recursos ou inviabilidade comercial da unidade, restando apenas as três apresentadas no quadro VI.

FIGURA V - Ilustração das etapas da proposta de intervenção do PEASA.



Fonte: PEASA

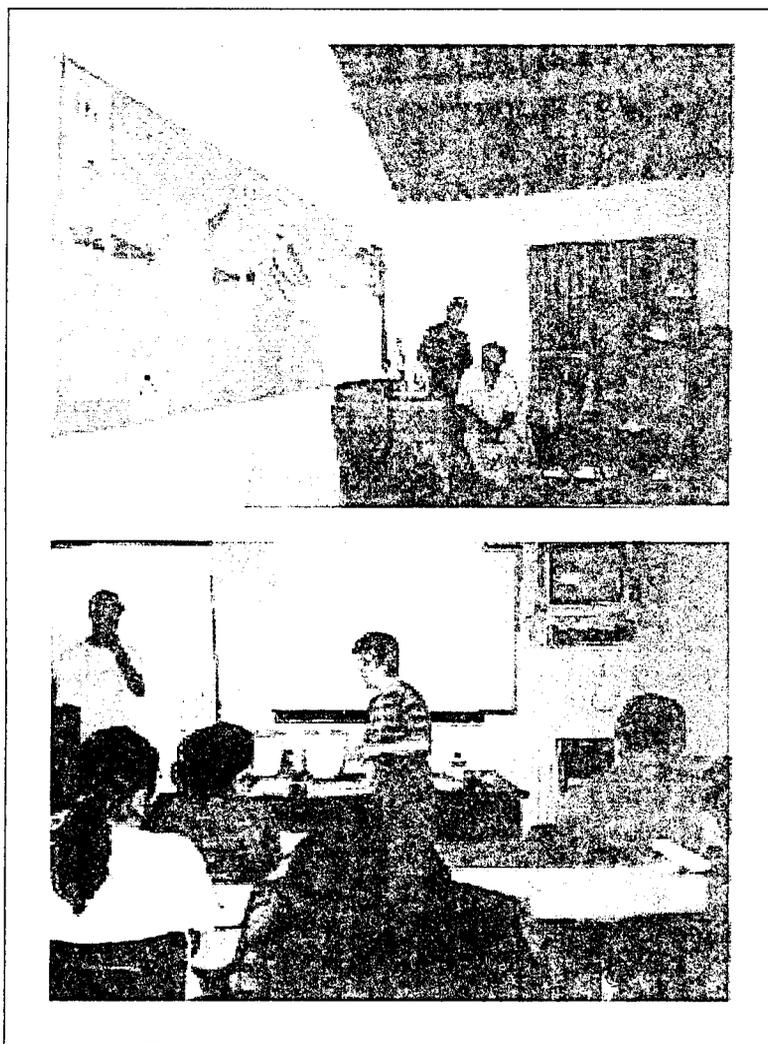
Na fase de **identificação** o pré-requisito básico é a existência na comunidade de pelo menos um germe de organização política, uma associação de moradores ou de produtores, o caso das comunidades de Barra de Santa Rosa nos serve aqui de exemplo. O programa iniciou sua investigação no Curimataú paraibano, região norte do semi-árido estadual, na segunda metade da década de 1990 e tanto a comunidade Cuiuiú como a comunidade Poleiros apresentavam condições propícias. A comunidade Cuiuiú possuía uma associação criada para diminuir a atuação dos atravessadores em relação a produção e comercialização da cordoalha, corda feita de sisal:

(...) surgiu a associação em 95 ai teve umas reuniões, ai não existia esse prédio era no grupo, começou a vir um pessoal de Areia, da universidade de Areia, e esses de Campina. Veio se juntando o PEASA com o SEBRAE e a PPTA e começou a dar um apoio ao pessoal, ai fizeram lá, o primeiro presidente foi Emílio Matias (...) ai não deu certo a cordoalha não chegou a funcionar mesmo para comprar não (...) ai foi que se juntou os parceiros e fizeram ali. (Presidente da Associação de Artesanato de Cuiuiú, entrevista em 21/12/2004)

Após a verificação acerca da organização política comunitária o programa utiliza-se de um instrumento muito difundido entre as ONG's, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), tendo como objetivo uma análise da realidade social, econômica e cultural através de um processo dialógico que envolve a sociedade local (BUARQUE,

1999). A experiência diagnóstica realizada pelo programa no Curimataú, por exemplo, nos permite visualizar um pouco dessa proposta metodológica:

Foi formada uma equipe multidisciplinar, a gente iria trabalhar tudo, cada um na sua área específica, mas, trabalhando em conjunto, e assim foi muito enriquecedor pra equipe toda. Tanto eu que não conhecia nada da área rural na convivência, na interação com os agrônomos, veterinários, gente da área de engenharia agrícola, zootecnia. Então comecei a me interar dessa área, desses aspectos técnicos das comunidades de produção, mas, ao mesmo tempo que eu ia trabalhando, fazendo esse levantamento na parte educacional, eles também iam interagindo comigo e a gente ia desenvolvendo o trabalho.(...) Quando eu cheguei ao município, nosso contato lá era a prefeitura e a EMATER, como em quase todos os municípios que a gente trabalhou. Primeiro nós fizemos aquele levantamento de vista, de observação, depois a aplicação de questionários com todas as famílias da comunidade, e agente fez com a colaboração dos próprios comunitários, principalmente com as pessoas que faziam parte da associação, as lideranças comunitárias, conseguimos com isso aplicar esses questionários com todas as famílias das comunidades ai tivemos um quadro interessante. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)



Aplicação do Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) (PEASA, 2004)

Dentro da perspectiva do DRP, a participação de uma equipe multidisciplinar é essencial para a visualização amplificada da realidade das comunidades, sendo necessário envolver o maior número de pessoas possível. Talvez, as limitações dessa metodologia girem em torno da não participação da grande maioria dos moradores, centrando-se nos supostos representantes, e da influência do olhar técnico sobre a realidade social e suas peculiaridades, influenciando sobre o resultado final do diagnóstico.

(...) o objetivo do diagnóstico era a gente conhecer a realidade onde a gente ia atuar e também identificar a vocação dessas comunidades pra poder a gente trabalhar a questão da intervenção tecnológica e do desenvolvimento dessa profissão no mercado, como a gente queria, e implantar agroindústria no meio rural. (Pedagoga e coordenadora COOAGRIL, Entrevista em 26/01/2005)

Apesar da aplicação do DRP ter por objetivo visualizar de maneira ampla as condições sociais e econômicas das localidades, percebemos que o foco da aplicação realizada pelo PEASA foi detectar especificamente o funcionamento do SPL e as vocações produtivas. Essa aplicação tendenciosa reflete também o intuito prévio de intervir nos sistemas produtivos, racionalizar a produção dentro dos moldes de uma gestão modernizada.

Seguindo essa linha, é perceptível que a fase de **preposição** serve para legitimar as informações diagnosticadas. Nessa fase, são realizados treinamentos que envolvem os agentes locais, visando principalmente uma mudança de comportamento frente ao processo produtivo já conhecido por eles. Os temas são bastante variados (planejamento, vendas, técnicas de designer etc), porém todos giram em torno de uma racionalização das condutas para se construir um sistema produtivo local mais competitivo e empreendedor, fortalecido pelos conhecimentos difundidos pela academia (administração, marketing, logística, contabilidade etc).

Durante as fases de **sustentação e execução** vários ensaios são feitos para se chegar a um modelo de gerenciamento coordenado pelo programa. Aqui entram em ação

a proposta que já vem sendo alicerçada durante a fase anterior, o desenvolvimento de um sistema de racionalização produtiva, agregada à perspectiva do empreendimento voltado a gestão comunitária, daí a necessidade de uma organização social mínima (associação de moradores ou produtores) prevista antes da escolha das localidades.

Especificamente na fase de **execução** o programa monta um amplo esquema de acompanhamento dos projetos (gerenciamento da produção com visitas periódicas, capacitações, divulgação dos produtos em feiras nacionais e internacionais, organização das vendas, busca de novas parceiras, supervisão dos bolsistas etc) dando um suporte gerencial e técnico a exemplo do recebido pela parceria com o SEBRAE-PB que disponibilizou para a comunidade Cuiuiú uma consultoria na área de designer, trabalhando-se oficinas de criação de peças artesanais e de melhoramento das já existentes. Outro ponto importante nessa fase é o papel da central de comercialização localizada em Campina Grande – PB, a Cooperativa Agroindustrial (COOAGRIL) encubada na Fundação Parque Tecnológico da Paraíba.

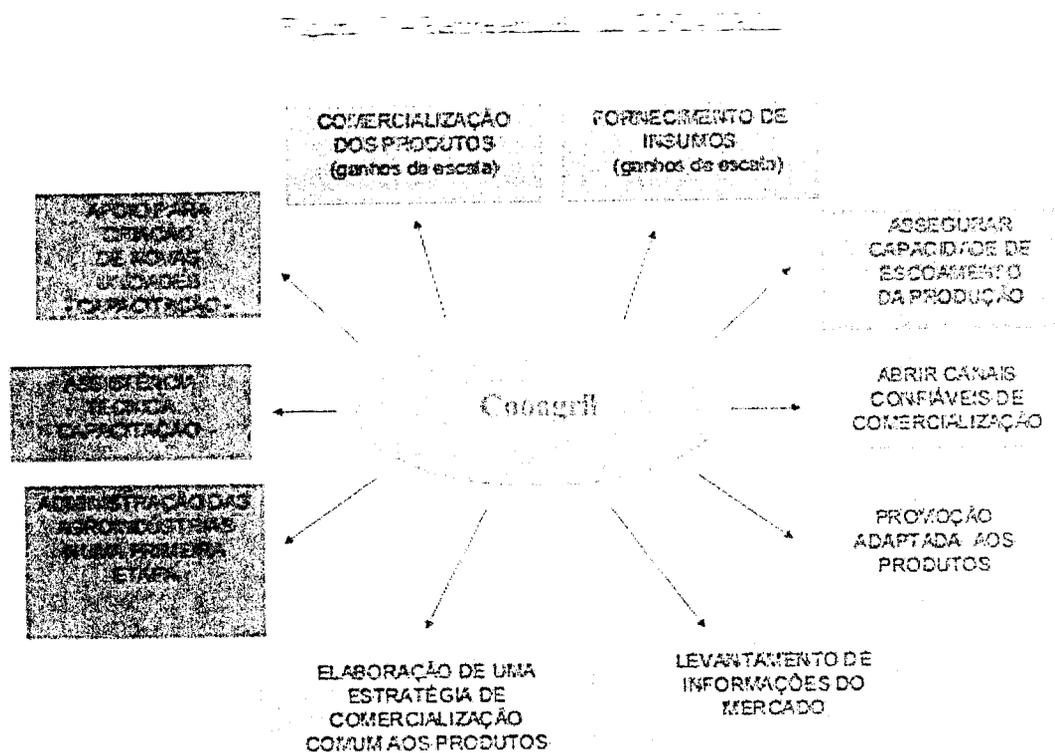


Peças desenvolvidas a partir da capacitação desenvolvida pelo SEBRAE-PB na comunidade Cuiuiú, Barra de Santa Rosa.

A COOAGRIL (Figura V, página 99) serve, na fase de execução, como centro de comercialização e apoio logístico às unidades agroindustriais. A cooperativa recebe os produtos, trabalha seu visual através da marca **Semear**³² e realiza todo o processo de comercialização, incluindo emissão de documentos e notas fiscais. Outra atividade importante é o acompanhamento gerencial feito pela cooperativa às unidades agroindustriais em sua fase inicial, principalmente por meio do desenvolvimento de capacitações:

Foi identificado no processo que um dos grandes gargalos para essas comunidades é a colocação dos seus produtos no mercado, por isso que existe um atravessador. Então para superar essa necessidade a gente pensou em criar uma estrutura, uma central de comercialização que é assim chamada inicialmente, que comercializasse e concentrasse todos esses produtos dessas unidades, todas que estavam sendo implantadas e abrisse mercado para elas, pra isso essa unidade ela teria que ter uma personalidade jurídica. Como a gente já estava lidado de certa forma com o PaqTc e o coordenador do PEASA (...) ele sugeriu que fosse criada essa personalidade jurídica, uma cooperativa e que ela fosse uma empresa incubada a Fundação PaqTc já que aqui tem a incubadora que assessora empresas que estão iniciando. Então foi pensando por toda a equipe que trabalhava, todos os bolsistas, analisamos a proposta da fundação da Cooperativa, onde todos nós enquanto técnicos seríamos associados e continuaríamos dando assistência técnica a essas comunidades, mesmo após o final da bolsa porque ela seria uma empresa e remuneraria nosso trabalho, e os próprios comunitários seriam associados. Então não iria existir o caso da gente agora esta substituindo o atravessador, mas seria uma empresa onde todos fariam parte e a gente poderia através desta empresa buscar mercado através da assessoria de marketing que existia aqui na fundação, buscar mercado pra esses produtos. (Pedagoga e Coordenadora da Cooagril, entrevista em 23/01/2005)

³² Semear é uma marca criada pela COOAGRIL no processo de agregar valor logístico aos produtos oriundos das agroindústrias, envolvendo desde o artesanato até alimentos.



Fonte: PEASA

Seguindo os moldes do empreendimento comunitário, a COOGRIL congrega técnicos e produtores locais ligados às agroindústrias coordenadas pelo PEASA. A cooperativa acaba por substituir, de uma forma ou de outra, o papel do atravessador na medida em que concentra as vendas e a abertura de mercado. O grande diferencial é a organização gerencial, uma empresa formalizada e administrada “coletivamente”, apesar da maioria das decisões não passarem por todos os seus membros:

A Cooagril a gente utiliza (...) por exemplo, hoje Cuiuiú é uma unidade consolidada, apesar dos problemas Cuiuiú já tem uma ponta no mercado e ele não tem interesse em transformar aquilo ali num negócio, preferem ficar como uma associação comunitária, só que o mercado não quer negociar com esse tipo de situação, o mercado precisa de nota fiscal precisa de ter alguém que responda até juridicamente, se for o caso, no que diz respeito aos produtos. Então a Cooagril é esse braço do programa do semi-árido e do PaqTc pra viabilizar a venda desses produtos no mercado, não só dos artesanatos como também dos derivados do leite. Então a Cooagril faz esse papel, esse meio de campo aí de negociação, é um trabalho quase voluntário da Cooagril ela fica com uma comissão de vendas que é insignificante na minha opinião (...) o que é gerado de receita pras comunidades não é significativo pra gerar uma receita pra viabilizar essas atividades (...) Se eu tirar a cooperativa, por exemplo, do meio tanto de Amparo quanto de Cuiuiú, iam sofrer uma revés grande porque

as empresas compram o queijo lá de Amparo porque ta comprando a uma empresa que vai lá e emite a fatura e tudo mais, então o produto “Semear” é um produto da Cooagril apesar de que lá está claro que é de uma comunidade rural, o produto de Cuiuiú também a nota fiscal é emitida da Cooagril para o supermercado por exemplo da rede Pão de Açúcar. (Coordenador Geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

A cooperativa acaba por centralizar a ponta do processo em suas mãos e nas mãos do PEASA, o que reflete um modelo de empreendedorismo comunitário fadado à falta de autonomia. Outro ponto importante, é que a cooperativa atua também, direta ou indiretamente, no processo de racionalização da produção nos agro-pólos, representando a parte do empreendimento que as comunidades não conseguiram ser ou desenvolver em idéias e ações, ou seja, a grande dificuldade referente ao processo de abertura de mercado e de vendas diretas enfrentada pelas comunidades é sanada pela participação da cooperativa, continuando a deixar o entrave das vendas sem solução, sem participação das comunidades.

Além do projeto das agroindústrias o PEASA também tem atuado como consultor (Quadro VII), implementando planos de negócio voltados ao campo, seguindo, como é perceptível, a linha do SEBRAE-PB. O foco dessas consultorias é o desenvolvimento de capital social (KLIKSBERG, 2001) via difusão da proposta do empreendedorismo comunitário.

Quadro VII – Projetos desenvolvidos pelo PEASA segundo relatório de atividades de 2005.98

| PROJETO | DESCRIÇÃO | FINACIAMENTO | SITUAÇÃO |
|---------------------------------------|---|----------------------------------|--------------|
| Projeto Rede Paraibana de Incubadoras | Atividades voltadas a elaboração do plano de negócios e do modelo de gestão de incubadora, capacitações, extensão tecnológica em empreendedorismo agroindustrial, elaboração de estratégia de marketing compartilhado, dentre outras. | PaqTcPB, SEBRAE/PB, FINEP e CNPq | Em andamento |
| Projeto Peixe Vivo | Criação da marca Peixe Vivo e elaboração do Manual de Identidade Visual, elaboração de projetos de arquitetura e engenharia do entreposto de comercialização no atacado e na unidade de comercialização etc. | PaqtcPB, PMCG e SEAP/PR | Em andamento |
| | | | |

| | | | |
|---|---|---|----------------------|
| Projeto de Exposição “Viver e Compreender o Semi-Árido” | Pré-lançamento da Exposição de painéis, artefatos e artesanato; lançamento do livro “Plantas, Prosa e Poesia do Semi-Árido”, Exposição virtual (CD-ROM e DVD) e implantação do Cactáreo no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia. | PMCG, PaqTcPB; CEDAC, SEBRAE/PB, Unicampo, FIEP, VITAE e CNPq | Em fase de conclusão |
| Extensão tecnológica para a Incubadora do Agronegócio de Apicultura de Mossoró – RN | Elaboração do plano de negócios e do modelo de gestão da incubadora, concepção de produtos derivados da Apicultura (marcas, rótulos, e embalagens) e capacitações diversas; | SEBRAE/RN, ESAN, Fundação Guimarães Duque, PaqTc e IGRAM | Concluído |
| Extensão tecnológica para a Central de Produção e Comercialização de Castanha de Caju da Serra do Mel (RN) – COPECAJU | Elaboração do plano de negócio, modelo de gestão, manual de identidade visual etc. | SEBRAE/RN, PaqTcPB e COPECAJU | Em fase de conclusão |
| Projeto PCHS – Sistema Integrado de Produção de Peixe, Camarão, Halófito e Sal na comunidade de Poleiros, Barra de Santa Rosa | Projeto de reestruturação, construção e ampliação do número de tanques escavados de engorda de camarões e peixes, reforma da unidade de apoio ao projeto, reconstrução da casa de máquinas e reequipamento do Sistema de produção através de Fontes Alternativas de Energia (Eólica e solar); | PactcPB, Prefeitura de Barra de Santa Rosa, Comunidade de Poleiros e SEAP/PR | Em fase de conclusão |
| Capacitação de comunidades rurais para criação de peixe em tanques-rede | Capacitação e implantação da produção de peixes em tanques-rede nas comunidades rurais dos municípios de Jericó, Cajazeiras, Souza, Patos, Coremas e Condado; capacitação para implementação posterior em comunidades de Boqueirão, Barra de Santa Rosa e Araçagi. | PaqTcPB, Prefeituras, Comunidades rurais e SEAP/PR | Em andamento |
| Projeto de desenvolvimento do sistema de informação para Apoio à Gestão de Arranjos Produtivos Locais | Capacitação de Atores Produtivos e institucionais e implantação do Portal de Informação e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL do Algodão Colorido (para região do Sertão polarizada por Patos – PB), capacitação e implementação do portal de informações e rede digital de negócios BALCOM para a APL da Mamona (região polarizada por Irecê – BA). | PaqTcPB, EMBRAPA Algodão, Governos da Paraíba (SAIA/EMATER) e da Bahia (SAA/EBDA), SEBRAE/PB e ADENE/MIN. | Em fase de conclusão |

Fonte: PEASA

Os planos de negócio desenvolvidos pelo programa voltam-se todos ao *agribusiness*, trabalhando a elaboração e implementação dos projetos, capacitação dos agentes, apoio logístico, organização de sistemas de comunicação etc; acabando por

influir direta ou indiretamente nas localidades onde presta consultoria, a exemplo do Projeto da Serra do Mel e o da agroindústria de apicultura em Mossoró – RN, nos quais ou o programa já se afastou pela conclusão ou encontra-se vinculado parcialmente através de apoio técnico.

4.3 Problemas relacionados ao modelo de intervenção

Devido a amplitude da proposta, o PEASA, em 12 anos de existência, ainda não conseguiu cumprir com todos os objetivos propostos. Seu modelo de intervenção focado no desenvolvimento local ainda se mostra limitado, principalmente pela ênfase nos SPL's e no empreendedorismo comunitário:

(...) a gente não atingiu totalmente os nossos objetivos, se você tratar cada ação como um projeto, alguns projetos a gente conseguiu concluir perfeitamente outros a gente lamentavelmente não conseguiu e são fatores diversos, incluindo também um pouco de negligência do programa em função das dificuldades de equipe. (...) então a gente não cumpriu totalmente por conta dessa dificuldade e também há um pouco de negligência do programa assim, não é negligência, é dificuldade que o programa teve em gerir uma equipe tão grande quando teve na mão 8 ou 10 bolsistas. (...) coordenar essa equipe não foi fácil e a gente teve prejuízos nas comunidades inclusive por conta desse problema também de pessoas que não agiram de boa fé no que diz respeito àquela bolsa que estava recebendo do CNPq e aí terminou trazendo prejuízos para o PEASA. (Coordenador geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

A questão do corpo técnico é aqui um ponto importante a se analisar diante dos problemas do modelo de intervenção, principalmente quando se pensa a continuidade e a sustentabilidade das ações desenvolvidas pelo PEASA. A não existência de uma equipe técnica fixa e responsável pelos projetos (constituída principalmente por bolsistas) torna os acompanhamentos insipientes e o apoio em nível de capital intelectual inconstante.

O processo de modernização das estruturas produtivas locais, centro do processo de intervenção do programa, estão associados diretamente à construções e reconstruções

de um conjunto de relações sociais, principalmente porque estas acabam por definir àquelas na medida em que fazem parte de uma estrutura maior. O empenho em racionalizar a produção e o comportamento dos agentes sociais é central no processo de modernização promovido pelo programa, uma ação educativa que muitas vezes vai de encontro à cultura local, impedindo a construção de projeto coletivo de desenvolvimento.

Então a linha nossa (...) é de tentar viabilizar ações em que nós pudéssemos educar as comunidades, a partir das vocações da comunidade tentar capacitá-los a tirar melhor proveito da região que ele sobrevive sem agredir a região, daí vem a questão da sustentabilidade desse desenvolvimento, ainda que muito incipiente, porque absolutamente a gente não chega a dizer que em hipótese alguma esse desenvolvimento que a gente está promovendo é um desenvolvimento substancial, ele é um desenvolvimento incipiente. (...) Diria com toda tranqüilidade até porque a universidade ela não tem condições de promover esse desenvolvimento substancial sem uma parceria mais (...) efetiva do Estado, digo do governo do estado mesmo e das prefeituras locais. Em alguns locais a gente tem todo o apoio da prefeitura local e nesses locais as atividades conseguem fluir melhor, onde falta esse apoio têm-se dificuldades. (Coordenação geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

Esse desenvolvimento aparente pode ser percebido nas limitações de alguns projetos, limitações tanto técnica como de gestão. A intervenção realizada na comunidade de Poleiros, município de Barra de Santa Rosa, reflete um pouco disso. Inicialmente a proposta dessa agroindústria era trabalhar o beneficiamento de frango e ovos de capoeira, avançando também para a produção de camarão em tanques com rejeito de dessalinizador que ficou conhecido como **Projeto Seu Ciço**, uma iniciativa que rendeu ao programa o Prêmio ANPROTEC³³ e o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, ambos em 2002. Porém, o projeto foi interrompido em 2004 tendo como um dos motivos o alto custo da energia elétrica consumida, agregado ao fim dos recursos³⁴, mostrando, dessa forma, a falta de sustentabilidade técnica e financeira somada a dificuldade de implantar a idéia de empreendimento comunitário:

³³ Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.

³⁴ O referido projeto da agroindústria de Poleiros, tendo como foco a produção de camarão, foi ampliado em 2005 e encontra-se em fase de conclusão, incluindo também a criação de peixe, produção de halófito (tipo de planta que vive em solo salgado) e sal.

Foi em Polciros que nós ganhamos o prêmio. Apesar de todas essas dificuldades a gente conseguiu implantar o projeto (...) eram 12 famílias inicialmente e depois com o processo, com o desenrolar ficamos com 5 famílias apenas. (...) Foi lá que a gente conseguiu porque era um projeto inovador e uma grande contribuição na realidade do semi-árido. Hoje tem um número relevante de perfuração de poços, esses poços no primeiro momento beneficiam a comunidade, mas, como a água é muito salina nesses poços então é implantado um dessalinizador. Esse dessalinizador gera um rejeito que, ao mesmo tempo vem beneficiar a comunidade com água potável, vai prejudicar o meio ambiente (...) ele saliniza o solo e ele não produz mais nada. Então o projeto visa aproveitar esse rejeito pra criação de peixe e camarão, a gente ganhou o prêmio com isso aí. Então foram construídos alguns tanques lá onde esse rejeito era jogado e criavam-se camarão e peixe. Eles ainda tão criando peixe, camarão não porque o custo é alto da energia elétrica para bombear a água, então onerou muito o projeto e o custo da produção elevou-se. Então a gente teve que suspender enquanto a gente pesquisa formas alternativas de energia que sejam mais baratas para que viabilizem o projeto, vai ser agora a segunda fase. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 23/01/2005)

Esse contexto nos faz perceber a constituição de uma metodologia muitas vezes discrepante entre teoria e prática, principalmente quando se fala em empreendedorismo e ao mesmo tempo não se trabalha a autonomia desse suposto empreendedor rural. Essa visão acaba por provocar conflitos nada construtivos entre o discurso técnico-científico e o modo de vida camponês, reproduzindo uma relação de dependência já tão conhecida nas intervenções governamentais e não governamentais realizadas no semi-árido rural nordestino:

(...) eu percebo que eles ainda não têm aquela capacidade de tocar sozinhos, vamos dizer se eu me afastasse agora eu creio que ia haver uma queda grande (...) a coisa esfria e mesmo esses contatos, é direto as ligações do Brasil todo atrás, por e-mail e tudo mais (...) lá não tem telefone, a Internet muito menos, então fica difícil para eles e até por eles serem sempre acostumados (a maioria desses produtores rurais eles são acostumados a tudo vir prontinho pra eles). Então, eles não são criados pra batalhar, pra enfrentar, não são empreendedores! (Técnica responsável por Cuiuiú até 2005, entrevista em 11/08/2004)

Os juízos de valor apregoados pelo programa refletem um olhar preconceituoso sobre o homem do semi-árido, um sujeito visto como entregue a própria sorte, culturalmente estagnado e sem aptidão para o trabalho. A reprodução social do camponês é limitada, na visão dos técnicos do PEASA, ao que ele produz economicamente,

demonstrando na realidade a inaptidão do programa no desenvolvimento de discussões mais aprofundadas sobre a realidade sócio-cultural do semi-árido.

A realidade da COOAGRIL acaba por reforçar a visão acima. A cooperativa assume de certa forma o papel de fachada das unidades de produção agro-industriais, seu papel de ponte com o mercado inviabiliza o processo de empoderamento das comunidades em relação às unidades de produção e ao processo de comercialização dos produtos. As dificuldades que a cooperativa está tendo em nível de sustentabilidade mostram, assim, a contradição inerente entre sua existência e finalidade e o modelo de intervenção aplicado pelo PEASA, o empreendedorismo comunitário:

Agora ta sendo cla (**a técnica do PEASA**) e agente vai trabalhar para a gente aprender a fazer, porque muita gente vem pensando que a gente pode vender e, assim, eu acho que eles pensam assim – é do sítio não sabe muita coisa né! Principalmente de comercialização aí vem e mexe na cabeça da gente pra ver se agente vende por um preço menor do que ela vende (...) Eles pensam que ela é assim, como uma atravessadora, ela compra o produto a gente e futuramente ela vende por um preço que ela possa ganhar, só que não é assim. Ela tá trabalhando com a gente só que ela não tira uma porcentagem pra ela aí muita gente pensa que é assim. Fica uma porcentagem com a gente pra o material e pra cooperativa, uma peça é vendida, a luminária que é a peça mais cara tem um preço final de R\$ 78,00 (Setenta e Oito Reais), desse valor é tirada uma porcentagem para o artesão, uma para o material, uma pra o soldador e uma pra cooperativa. Nessa peça fica R\$ 28,00 (Vinte e Oito Reais) para o artesão e para cooperativa eu não sei dizer não. Só sei dessa que é minha parte, nem sei do material e é isso que a gente tem de trabalhar, tem uma parte pra cooperativa daqui e uma que vai pra lá (**COOAGRIL – Campina Grande**) mas para colar as etiquetas e a embalagem. Uma coisa é a comercialização da gente né, eu acho que a gente pode futuramente trabalhar para gente mesmo vender. Acha que também em relação ao telefone, na comunicação, transporte, essas coisas (...) (Artesã vice-presidente da associação de Cuiuiú, entrevista em 13/12/2004)

No modelo tradicional os empreendimentos desenvolvem e se apossam de todo o processo, desde a chegada da matéria prima até a saída da manufatura pronta para o mercado, trabalhando no ciclo de um sistema aberto com entradas e saídas alimentadas pelo *feedback*. O que ocorre é que o modelo de intervenção comunitária aplicado pelo programa não tem desenvolvido esse tipo de perspectiva, limitando a autonomia dos responsáveis diretos pela produção.

O *empreendedorismo comunitário* funcionaria, portanto, sob a ótica que visualiza o crescimento econômico como fator central do desenvolvimento social, chegando a confundir-se com ele. Os problemas de desenvolvimento do semi-árido estariam atrelados diretamente à má gestão econômica, logística e administrativa aplicada pelo modelo de produção tradicional predominante, sendo importante frisar que esse suposto modelo tradicional aqui não seria uma forma oposta a um modelo dito moderno, mas uma forma de produção não racionalizada.

(...) eles não são empreendedores, então na primeira dificuldade eles esbarram, então vamos ver, falta alguma coisa lá, vamos dizer, está com dificuldade de sisal aí quando eu ligo: - e aí gente como tá a produção? – Ah! faz uma semana que eu não trabalho, tá difícil de mais de encontrar sisal aqui. Então quer dizer é uma dificuldade básica que eles esbarram aí é preciso às vezes dizer: - gente vocês tem que ir atrás em outro canto, quem é mais que produz sisal aqui, aí eu dou aquela força assim aí é quanto eles vão. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

O diagnóstico desenvolvido pelo programa já apontava a que a organização política comunitária não é um traço cultural das localidades participantes. Mesmo assim, o programa persiste em aplicar um modelo de intervenção junto aos SPL's que se caracterize por meio de ações coletivas. O empreendedorismo comunitário foi, então, implantado como alternativa de desenvolvimento local, mesmo se sabendo da dificuldade que se encontraria junto às comunidades:

Quando eu cheguei ao município nosso contato lá era a prefeitura e a EMATER, como em quase todos os municípios que a gente trabalhou, e a descrição que o técnico da EMATER fazia de Cuiuiú era a das mais feias possíveis, ele dizia: - aquela comunidade aquilo é um monte de esmolar pobre só quer se aproveitar – ele sempre dizia assim – ali não dá pra muita coisa (...) Chegando na comunidade com uma descrição dessa a gente já fica um pouco assim com o pé atrás para ir conhecendo as pessoas, mas desde o primeiro momento o acolhimento foi muito bom (...) Carlos Minor sempre diz uma coisa que é interessante, foi preciso a gente conviver com eles lá, se fazer família com eles, se tornar uma família pra questão da conquista da confiança pra poder eles irem se soltando e a gente começar a desenvolver, a iniciar o trabalho com eles. Então a gente ia pra lá passava dois dias, três dias em capacitação, interagindo, conversando (...) o processo foi lento pela própria cultura deles assim de não estarem habituados, nunca terem trabalhado de uma forma associativa. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

É perceptível também, dentro desse tipo de intervenção, o papel centralizador que o programa acaba por desenvolver, o que tem ficado claro em algumas localidades como Cuiuiú e Poleiros na medida em que os empreendimentos comunitários tendem a permanecer com as decisões centrais focalizadas nas mãos dos técnicos responsáveis:

(...) eles não são ainda preparados, eu tenho receio de que eles não toquem para frente essa empresa deles, eu reforço muito isso que aquilo ali é deles é uma empresa e eles tem que ver aquilo ali como uma empresa de geração e fonte de renda para eles. Tem algumas pessoas que já são bem treinadas, quando tem oportunidade eu boto elas na feira (...) Agora como a maioria desses contatos é feito por telefone, por Internet, fica difícil de avaliar como seria a reação deles. Eu to batalhando por um orelhão. (...) (Técnica responsável pela agroindústria de Cuiuiú até 2005, entrevista em 11/08/2004)

Em linhas gerais, os pontos apresentados acima refletem um conjunto de situações que descortinam a fragilidade do modelo de intervenção desenvolvido pelo PEASA. Três eixos centrais podem ser apresentados para demonstrar essa fragilidade: 1. a ênfase na dimensão econômica do desenvolvimento local; 2. a aplicação do empreendedorismo comunitário onde não se possui uma cultura comunitária; e, 3. a falta de autonomia e sustentabilidade dos pólos agroindustriais. Esses três eixos compõem um ponto de reflexão que também serve de parâmetro para se analisar o fracasso ou o funcionamento precário de algumas unidades de produção agroindustriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar um modelo, forma ou tipo de desenvolvimento para o Nordeste rural semi-árido ou para qualquer outra região do mundo é visualizar inevitavelmente um processo de modernização, constituído nas relações sociais e influenciando sobre elas.

O PEASA como programa de extensão ligado à universidade pública, pretende ser um instrumento de produção do desenvolvimento local de algumas regiões do semi-árido paraibano, sendo, portanto, reprodutor de um amplo processo de modernização. O programa constitui-se a partir de um discurso não mais voltado para ampliação das infra-estruturas (as macro soluções direcionadas ao regional como o projeto hídrico); não mais adepto do modelo industrial e seus pólos de desenvolvimento já pensados pelo GTDN; mas, acima de tudo, difusor de um desenvolvimento direcionado para o micro, o local, enfatizando a geração de qualidade de vida e de inclusão social, em linhas gerais, a idéia de um desenvolvimento local sustentável para o semi-árido:

O objetivo era aumentar emprego e renda (...) essa coisa de inclusão social, criação de emprego e renda, porque as pessoas são dependentes dos programas do governo, vamos dizer emergência (...) O objetivo do PEASA era trazer uma ocupação mesmo que não fosse, vamos dizer, a principal, vamos dizer que eles hoje só vivem do artesanato, mas que eles tenham suas atividades e aquilo seja um incremento a sua renda. Então a gente como chega na comunidade as pessoas são muitos descrentes, elas não acreditam (...) no que você tá propondo de imediato, é preciso um trabalho pra conquistar, um namoro. (Coordenador geral do PEASA, entrevista em 26 de Abril de 2006)

O modelo de intervenção aplicado pelo PEASA, e denominado de **empreendedorismo comunitário**, volta-se a geração de emprego e renda via criação de agroindústrias locais. Agrega-se, portanto, o *agribusiness* aplicado dentro de uma ação coletiva, comunitária, culminando numa organização associativa de um negócio gerido

por um grupo de pessoas pertencentes a uma mesma localidade com um sistema produtivo comum.

O referido modelo busca articular uma série de conhecimentos produzidos na academia sob um aspecto multidisciplinar (agronomia, engenharia, pedagogia, administração etc), aplicando-os no planejamento e implantação das agroindústrias. O empreendedorismo comunitário, na medida em que propõe a racionalização das estruturas produtivas, apresenta, de acordo com nossa análise, um projeto de modernização, de mudança de comportamento.

O *agribusiness* é praticado nesse modelo de forma diferenciada, seguindo um caminho oposto, por exemplo, ao dos *farmers* americanos, empresários do campo que trabalham de forma individualizada. No contexto do PEASA, existe uma valorização da vertente comunitária, associativista, percebida pelo programa como alternativa para a melhoria da qualidade de vida e da dinâmica econômica das localidades assistidas, como forma mais adequada de gerir um projeto de desenvolvimento local.

O programa percebe na abordagem do empreendedorismo comunitário o único caminho para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais do semi-árido. O processo de modernização das estruturas produtivas, tidas como ultrapassadas e inertes, seria favorecido partir da geração de um processo de ajuda mútua que desencadearia o fortalecimento dos produtores diante do mercado globalizado.

Porém, nosso estudo destaca que as localidades rurais nas quais o programa atua, em sua maioria, não possuem a tradição de um sistema de produção associativo. Os sistemas produtivos locais baseiam-se na lógica de propriedades familiares camponesas, sua organização política não se apresenta por meio de representações formais organizadas associativamente. O programa também possui essa informação colhida na época do diagnóstico realizado no semi-árido paraibano, no qual também se percebeu que nas

localidades onde se possuía algum tipo de representatividade formal esta havia sido implantada por interesses exógenos, a exemplo das necessidades do poder público local, das agências de desenvolvimento ou mesmo da própria universidade.

A implantação dos empreendimentos coletivos dentro da realidade acima apresentada mostra a ineficiência da ação do PEASA, trazendo a tona a fragilidade de uma intervenção que não leva em consideração as peculiaridades sócio-culturais locais, não provocando em seu planejamento uma discussão mais aprofundada sobre a sustentabilidade do projeto, fato que culminou no fracasso de várias unidades agroindustriais.

Essa limitação do olhar que o programa lança sobre seu ambiente de intervenção acaba por direcioná-lo para questões secundárias como a suposta ineficiência gerencial dos sistemas produtivos locais, bem como de um arcaísmo que marcaria a posição marginal da população do semi-árido diante da sociedade moderna, sua economia e seu desenvolvimento. Dessa forma, o programa assume o papel de agente modernizador dessas localidades, a partir da implantação de um amplo processo de racionalização das estruturas sociais e produtivas via mudança de comportamento, atuando sobre a diminuição da vulnerabilidade do sistema produtivo como ponto central do processo de desenvolvimento local.

A crítica que o programa faz aos membros das comunidades, em relação ao seu perfil de não empreendedores, também poderia ser feita a qualquer habitante da zona urbana, pois afinal a própria teoria da administração afirma que o empreendedor é forjado nas relações sociais. O que se encontra por trás dessa carência de desenvolvimento, digamos assim, não seria a falta de uma visão empreendedora ou racional nem a ineficiência gerencial dos sistemas produtivos locais, mas uma estrutura social moderna e excludente: uma estrutura fundiária desregulada, a má distribuição de renda que também

se estende às regiões urbanas e não semi-áridas, a falta de interesse político e de investimentos em educação, saúde e geração de emprego e renda dentre muitos outros.

O discurso e a perspectiva de uma modernização voltada agora para o desenvolvimento de capital social, vislumbrando qualidade de vida, inclusão e equidade, poderiam ser pensados como um avanço dentro do revolucionar da sociedade. Porém, quando se esbarra, por exemplo, na falta de autonomia, na dependência e na não continuidade que os diversos agentes mediadores e intervencionistas, a exemplo do PEASA, deixam no rastro de suas ações faz pensar as inúmeras limitações do modelo e de sua forma de aplicação.

Os modelos de desenvolvimento para o Nordeste (o projeto hídrico, a industrialização etc), refletindo-se na modernização da região, emergiram e se transformaram carregando consigo diversas contradições e limites poucos refletidos. A perspectiva de “convivência com o semi-árido” tem buscado apresentar, desde a década de 1990, um olhar diferenciado sobre a região e seu desenvolvimento, fato que acabou sendo abarcado pela sociedade civil organizada e pelo poder público. Um fato importante é que essa perspectiva também se reflete em modernização das estruturas, na medida em que propõe mudança de comportamento e mentalidade na relação homem/natureza.

A intervenção do PEASA segue também a perspectiva de “convivência com o semi-árido”, tendo nas tecnologias sociais a base de atuação, deixando de lado, porém, as questões de cunho ambiental, tão importantes quando se trata de semi-árido. Situação similar que ocorre na frágil articulação política do programa junto ao poder público, apesar das parcerias, criando projetos relativamente isolados das discussões e dos interesses das sociedades locais.

O PEASA, dentro das limitações de seu modelo de intervenção, tem acompanhado as tendências emergentes quanto ao desenvolvimento da região, porém,

sem provocar discussões mais aprofundadas sobre esse modelo e o tipo de modernização que se pretende. Sua ênfase no processo de racionalização das estruturas não tem sido acompanhada da promoção de autonomia das localidades em relação aos projetos, reproduzindo um modelo fadado à dependência e a ação de agentes externos. Nessa perspectiva a promoção do desenvolvimento local pretendido pelo programa tem sido incipiente, atingindo a auto-estima já tão comprometida das comunidades, reforçando o conceito pejorativo que a falta de continuidade das ações dos agentes governamentais ou não tem criado, reafirmando a falta de equidade social e de compromisso com o desenvolvimento seja local ou global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, vol 1, nº 1, São Paulo: IEA, 1987.

ABRAMOVAY, Ricardo & BEDUSCH FILHO, Luiz Carlos. *Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil*. SOBER, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, 23-25 de Novembro, 1998.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Aires de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2 ed, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Cortez, 2001.

ARAÚJO, Vicente de P. Albuquerque. *Atividades 2005 – Relatório Resumido*. Campina Grande: PEASA/UFCG, 2005.

_____. *Pesquisa e Disseminação de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Sustentável*. Anais SITADS – Seminário Internacional de Tecnologias Apropriadas para o Desenvolvimento Sustentável, Campina Grande – PB, 25-29 de Setembro de 1996.

ALENCAR Jr, José Sydrião de. *Nordeste, questão nacional, consolidação do estado nacional e semi-árido: reflexões sobre a criação e ação do BNB nos seus cinquenta anos de funcionamento*. In: Revista Conviver Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out. - dez. 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6 ed., Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

_____. *Análise do Semi-Árido nordestino e a visão da seca*. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

_____. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas – SP: Papirus: 1988.

_____. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

AQUINO, Joacir Rufino de. e SANTOS, Robério Ferreira dos. *Novos desafios para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nordestina*. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun 2002.

AZEVEDO, Hamilton M. & MATOS, José de Arimatéia. *Avaliação da performance de sistemas integrados de produção (SIP) em propriedades dos semi-árido*. Informativo SUEP, N° 08, Campina Grande, Janeiro de 1991.

BLUM, R. *Agricultura Familiar: Estudo Preliminar da Definição, Classificação e Problemática*. Disponível em <<http://www.dataterra.org.br>> Acesso em: 19/11/2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand – Brasil, 2002.

_____ *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____ *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação e Agricultura, 1999.

BUNGE, M. *Ciência e desenvolvimento*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1980.

CARDIN, Fernandes. *A terra é chã e sua gente honrada*. Revista Conviver Nordeste Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out-dez. 2004.

CARVALHO, Otamar de. *A Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

Declaração do Semi-Árido. Propostas de Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a Convivência com o Semi-Árido e combate à Desertificação. Recife, 26 de Novembro de 1999.

DINIZ, Paulo César O. *Ação Coletiva e Convivência com o semi-árido: a experiência da Articulação do Semi-Árido paraibano*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFCG, Campina Grande, 2002.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DUQUE, Ghislaine. *Fome Zero, Sede Zero. Um velho desafio para o PATAAC*. Mimeo.

FEATHERSTONE, Mike. *Localismo, globalismo e identidade cultural*. Sociedade e Estado, Vol. XI, N° 1, Brasília: Unb, Janeiro-Julho de 1996.

FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito*. In: GUERRA, L & FERNANDES, M. (Org.) *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação das Universidades Amazônicas, 2003.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIDDENS, Anthony. *O mundo em descontrol*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Enoque. Do GTDN à presente crise do Nordeste do Brasil. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

GUERRA, L. D. et al. *Uma abordagem sociológica da crise ambiental e do modelo de desenvolvimento sustentável*. In: DUQUE, G. (Org) *Agricultura Familiar e Meio Ambiente*. Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural, Campina Grande: UFCG, 2002.

GUIMARÃES FILHO, Clóvis & LOPES, Paulo Roberto Coelho. *Subsídios para Formulação de um Programa de Convivência com a Seca no Semi-Árido Brasileiro*. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialidade e Identidade*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HERMET, Guy. *Cultura e Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

KLINISBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: UNESCO, 2001.

KUTZ, Robert. *A estética da modernização*. Porto Velho – RO: Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2001.

LIMA, João Policarpo R. Nordeste: as fontes de dinamismo segundo o GTDN e as potencialidades atuais. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

MAGALHÃES, Antônio R. Um estudo de desenvolvimento sustentável do Nordeste semi-árido. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

MARTINS, Carlos Bendito. *O que é Sociologia*. 38 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos - 57).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Paz e Terra. São Paulo. 2000. 6ª. Edição.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão Universitária: em busca de outra hegemonia*. In: Revista de Extensão/UFPB, Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, Ano I, número I, João Pessoa, Junho de 1996.

MELO, José Camino de. *O fenômeno El Niño e as secas no nordeste do Brasil*. Revista Raízes, ano XVIII, n 20, novembro de 1999.

MICHELOTTO, Regina Maria. *Universidade – Sociedade: a democratização da universidade pública*. Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br>> Acesso em 14/05/2005.

MONTENEGRO, Rosilene Dias e SANTOS, Robério Ferreira dos. *A visão neoclássica da modernização*. Raízes, Campina Grande, n° 10, Ano XIII, dez. 1994.

MORIN, Edgard. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OF/SUEP/UFPB/No. 027/91, Campina Grande, 04 de Julho de 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê Estatístico*. Brasília, FAO/INCRA, 2000.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e Escravidão: um proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil. C. 1700-1875*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 03, 1987.

Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, 2000-2001.

Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste – PDCT/NE, Resumo – Programa Semi-Árido, Campina Grande: SUEP/UFPB, s/d.

Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA/UFCG). Disponível em <www.peasa.ufcg.edu.br> Acesso em: 03/2004.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O NORDESTE – PDCT/NE, Resumo – Programa Semi-Árido, Campina Grande: SUEP/UFPB, s/d.

Resumo dos Trabalhos do Sub-Programa de Pesquisas – SUEP/UFPB. Informativo SUEP N° 08, Campina Grande, Janeiro de 1991.

RIBEIRO, José Paulo. *A saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Seca e Determinismo – a gênese do discurso do semi-árido nordestino*. In: Revista Conviver Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out. - dez. 2004.

SANTANA, Jorge Fernando & SILVA, George P. da Silva. Questões institucionais do Nordeste. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1996.

SCHULZE, Margot Barboza & RAMALHO, Diolinda. *O projeto GAT com percebido pelos agricultores: uma análise preliminar da racionalidade tecnológica*. Informativo SUEP, Nº 08, Campina Grande, Janeiro de 1991.

SIDERSKY, Pablo. *Sobre as transformações da extensão rural e do papel do extensionista: da difusão de informações para a "facilitação de processos"*. Palestra apresentada no Seminário Nacional sobre Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro, organização Governo do Estado de Pernambuco, GTZ e UFPE, Recife - PE, 6 à 8 de Novembro de 2002.

TONNEAU, J. P. *Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões*. In: WANDERLEY, M. de N. B. (Org.) *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis, Campinas: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMO, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. (Org.) *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis, Campinas: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMO, 2004.

Wilches-Chaux, G. *La Vulnerabilidade Global*. In *Los Desastres no Son Naturales*. A. Maskey, Ed. Lima: La Red/ITDG, 2004.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufccg.edu.br

ATIVIDADES 2005

RELATÓRIO RESUMIDO

1. Projeto da Rede Paraibana de Incubadoras (Projeto em Andamento)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, SEBRAE/PB, FINEP e CNPq

- Incubadora de Agronegócios de Araruna – IAGROC
 - Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Incubadora;
 - Capacitação para os empreendedores candidatos nos seguintes temas: Como Implantar um Pequeno Grande Negócio Agroindustrial – IPGNA Geral; IPGNA Frutas e Castanha; IPGNA Apicultura; Elaboração de Planos de Negócios Agroindustriais;
 - Concepção e projeto dos layouts das plantas agroindustriais de processamento de derivados da fruticultura; de processamento de derivados da apicultura; e de processamento de derivados da bovinocultura leiteira;
 - Extensão Tecnológica em Empreendedorismo Agroindustrial e Acompanhamento na Elaboração de Planos de Negócios de 06 (seis) micro-empresas agroindustriais candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Concepção de Pauta de Produtos e Serviços de 06 (seis) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Criação de Marcas Próprias para 03 (três) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Design gráfico para criação e arte final de Rótulos de Produtos de 03 (três) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Elaboração da Estratégia de Marketing Compartilhado para Inserção de Produtos e Serviços de 03 (três) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Design gráfico e concepção mercadológica de folder e banners institucionais para divulgação da IAGROC, suas empresas e seus produtos e serviços.
- Incubadora do Agronegócios da Caprinocultura do Cariri Paraibano – IACOC (Monteiro)
 - Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Incubadora;
 - Capacitação para os empreendedores candidatos nos seguintes temas: Como Implantar um Pequeno Grande Negócio Agroindustrial – IPGNA Geral; IPGNA Derivados de Leite Caprino; Elaboração de Planos de Negócios Agroindustriais;
 - Criação da Pauta de 10 Produtos Derivados do Leite de Caprinos, com Marca Própria Compartilhada "MILCAPRI", e acompanhamento do Lote Piloto produzido pelas Unidades de Beneficiamento de Leite, Incubadas na IACOC;
 - Criação da Marca MILCAPRI e Registro no INPI;
 - Design gráfico para Criação e Arte Final de Rótulos da pauta de 10 produtos derivados de Leite Caprino;
 - Elaboração da Estratégia de Mercado para Inserção da pauta de Produtos MILCAPRI nos Mercados Local e Regional;
 - Design gráfico e concepção mercadológica de Folder e de Banner Institucional dos Produtos Derivados de Leite Caprino da marca compartilhada MILCAPRI da IACOC;
 - Elaboração de Projeto da Incubadora para submissão à Fundação Banco do Brasil e obtenção de recursos para Implantação da Estratégia de Inserção dos Produtos MILCAPRI nos Mercados Local e Regional.

2. Projeto Peixe Vivo (Projeto em Andamento)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, Prefeitura Cidade de Campina Grande e SEAP/PR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufcg.edu.br

- Criação da Marca Peixe Vivo e Elaboração do Manual de Identidade Visual (MIV) com aplicações em material gráfico, embalagens, rótulos e etiquetas de produtos, etiquetas para disquetes, vestuário de pessoal de escritório, veículos, placas de fachada, etc.;
- Elaboração dos Projetos de Arquitetura e Engenharia do Entrepasto de Comercialização no Atacado e da Unidade de Comercialização no Varejo (Loja de Peixe Vivo);
- Articulação, negociação e obtenção de terrenos públicos junto à Prefeitura Cidade de Campina Grande, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Obras e Serviços Urbanos e da Agência Municipal de Desenvolvimento, respectivamente, no Mercado Público das Malvinas, para construção do Entrepasto de Comercialização e no Mercado Público do Catolé, para construção da Loja de Peixe Vivo;
- Elaboração e Desenvolvimento de Kits para Apresentação e Comercialização de Peixe Vivo em Restaurantes e Supermercados através do sistema de Mini-Franquia;
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Acompanhamento do Projeto Peixe Vivo através da INTERNET;
- Elaboração do Projeto para Estudos do APL do Peixe Vivo na Paraíba com a Concepção de Cenários a partir da Matriz SWOT (FOFA);
- Elaboração de Estudos IPGNA como suporte ao Modelo de Gestão do Projeto Peixe Vivo.

3. Projetos Comunitários das Unidades de Produção Agroindustrial do Semi-Árido (Projetos em Fase de Conclusão)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, COOAGRIL, Comunidades de Cuiuiu, Jericó e Amparo, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil

- Unidade de Produção Agroindustrial de Cuiuiu
 - Conclusão da ampliação e reforma da Unidade de Artesanato;
 - Desenvolvimento de Novos Produtos Artesanais derivados de Sisal com estudo de Design através do SEBRAETEC;
 - Desenvolvimento do Site da Unidade Agroindustrial de Cuiuiu;
 - Continuação no Apoio ao Processo de marketing e Comercialização dos Produtos da Unidade Agroindustrial;
 - Apoio Logístico no Fornecimento de Insumos, Transportes e Visitas Permanentes da Equipe de Técnicos do PEASA/PaqTcPB/COOAGRIL
- Unidade de Produção Agroindustrial de Jericó
 - Conclusão da Unidade de Processamento de Pescado, do Escritório de Instalação do SIF e Projeto e Construção da Unidade de Artesanato e Comercialização;
 - Aquisição e Implantação de Equipamentos de Refrigeração, Processamento de Pescado e de Produção de Produtos Artesanais com Pele de Peixe;
 - Capacitação da Comunidade de Recanto e Instalação de 42 Tanques-Redes.
- Unidade de Produção Agroindustrial de Amparo
 - Elaboração do Projeto e Obtenção de Recursos para Ampliação da Unidade de Processamento de Leite e Derivados para fins de Obtenção do SIF pela Unidade Agroindustrial de Beneficiamento de Leite de Amparo.

4. Projeto da Exposição “Viver e Compreender o Semi-Árido” (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: Prefeitura Cidade de Campina Grande; Fundação PaqTcPB, CEDAC, SEBRAE/PB, UniCampo, Sistema FIEP, VITAE e CNPq

- Pré-Lançamento da Exposição de Painéis, Artefatos e Artesanato;
- Lançamento do Livro Plantas, Prosa e Poesia do Semi-Árido;
- Lançamento do CD-ROM e DVD-ROM da Exposição Virtual;
- Implantação de um Cactáreo no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia;
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Acompanhamento da Exposição;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufccg.edu.br

- Apresentação do Projeto e da Maquete do Salão de Exposição e Museu Temático do Semi-Árido.

5. Extensão Tecnológica para Incubadora do Agronegócios da Apicultura de Mossoró (RN) (Projeto Concluído)

Parceiros: SEBRAE/RN, ESAM, Fundação Guimarães Duque, Fundação PaqTcPB e IAGRAM

- Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Incubadora;
- Elaboração do Manual de Identidade Visual da Incubadora;
- Concepção de Produtos Derivados da Apicultura com a Elaboração de Marcas; Rótulos e Embalagens;
- Capacitação em IPGNA Geral; IPGNA Apicultura; Plano de Negócios de Micro e Pequenas Empresas Agroindustriais; Marketing de Produtos Agroindustriais.

6. Extensão Tecnológica para a Central de Produção e Comercialização de Castanha de Caju da Serra do Mel (RN) – COOPERCAJU (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: SEBRAE/RN, Fundação PaqTcPB e COOPERCAJU

- Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Central de Produção e Comercialização da COOPERCAJU;
- Elaboração do Manual de Identidade Visual da COOPERCAJU;
- Concepção de Produtos Derivados da Castanha de Caju com a Elaboração de Marcas; Rótulos e Embalagens dos Produtos;
- Especificação de Equipamentos de Embalagens à Vácuo e Concepção de Layout para a Central de Agregação de Valor à Produção de Castanhas de Caju da COOPERCAJU;
- Elaboração do Portal Institucional e de Comercialização da COOPERCAJU na INTERNET.

7. Projeto PCHS – Sistema Integrado de Produção de Peixe, Camarão, Halófito e Sal na Comunidade de Poleiros – Município de Barra de Santa Rosa (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, Prefeitura de Barra de Santa Rosa, Comunidade de Poleiros e SEAP/PR

- Elaboração de Projetos de Reestruturação, Construção e Ampliação do Número de Tanques Escavados de Engorda de Camarões e Peixes (de 08 para 12 Tanques);
- Reforma da Unidade de Apoio do Projeto PCHS;
- Reconstrução da Casa de Máquinas (dessalinizador e gerador diesel);
- Re-equipamento do Sistema de Produção através de Fontes Alternativas de Energia: Eólica e Solar.

8. Capacitação de Comunidades Rurais para Criação de Peixe em Tanques-Rede (Projeto em Andamento)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, Prefeitura dos Municípios, Comunidades Rurais e SEAP/PR

- Capacitação e Implantação da Produção de Peixes em Tanques-Rede em comunidades rurais dos seguintes municípios: Jericó; Cajazeiras; Souza; Patos; Coremas e Condado;
- Capacitação de Comunidades Rurais para posterior Implantação de Produção de Peixe em Tanques-rede: Boqueirão; Barra de Santa Rosa; Araçagi.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

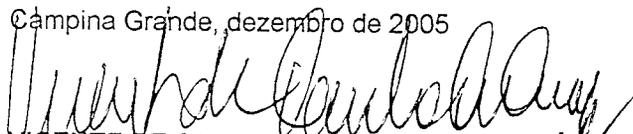
Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufcg.edu.br

9. Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Informação para Apoio à Gestão de Arranjos Produtivos Locais (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, EMBRAPA Algodão, Governos Estaduais da Paraíba (SAIA/EMATER) e da Bahia (SAA/EBDA), SEBRAE/PB e ADENE/MIN

- Capacitação de Atores Produtivos e Institucionais e Implantação do Portal de Informações e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL do Algodão Colorido (para região do Sertão polarizada por Patos – PB);
- Capacitação de Atores Produtivos e Institucionais e Implantação do Portal de Informações e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL da Mamona (para a região do Sertão polarizada por Irecê – BA).

Campina Grande, dezembro de 2005


VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE ARAÚJO
Coordenador Geral do PEASA/UFCCG

EDITORIAL

za a lei da sinergia que um mais um é sempre mais dois. Essa matemática soma com exatidão nosso pensamento em relação aos reconhecimentos obtidos pela Fundação PaqTcPB, no decorrer dos últimos dois anos. Dois projetos aprovados nos editais do Sebrae para a região. O Projeto OásisTech, no Edital/2001, e o projeto "Seu Ciço" no Edital/2002. Duas visitas, duas reuniões. O projeto do camarão recebe a visita da equipe do programa Globo Rural. Dois prêmios, dois marcos. O primeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, o segundo pela Anprotec. Somados, reforçam-se e repercutem a viabilidade contida nos projetos sociais.

Um momento em que o país discute a sustentabilidade social, em que se percebe a necessidade de ser mais rural e apostar na agricultura familiar como vetor essencial para o desenvolvimento do novo milênio, a Fundação PaqTcPB, lado a lado com o Sebrae e a UFPA, se consolida perante a comunidade ganhando o prêmio de Inovador do ano 2002, através do projeto Incubação de Micro e Pequenas Agroindústrias em Unidades Rurais do Semi-Árido do Nordeste.

Em 15 anos, recém-debutante, a Fundação inova abrindo espaço para a comunidade da região, fazendo na ousadia de entender na agricultura familiar um

desafio: a utilização da tecnologia, do conhecimento e da informação para a transformação das comunidades menos favorecidas.

Resultado desse conjunto, equacionado pelo esforço, persistência e multiplicado, dia após dia, pelo exemplo de cada comunitário, pela adesão de cada um, pela colaboração dos técnicos, pela confiança depositada pelas instituições e pelo espaço concedido pela comunidade. É a prova que um mais um é sempre mais que

dois. São números indivisíveis, visíveis através de nossa atuação. São meros números, apenas. São números visíveis, incontestáveis, humanamente sinérgicos.

Cooagril expõe produtos agroindústrias em São Paulo

A Cooperativa Agroindustrial - Cooagril, incubada na Fundação PaqTcPB, expôs produtos agroindustriais durante o XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas - Habitats de Inovação. O evento foi realizado, de 16 a 20 de setembro, em São Paulo. Os produtos expostos resultam do programa de agroindústrias - desenvolvido no semi-árido paraibano, especialmente, na cidade de Amparo - gerenciado pela Cooagril.

A exemplo do que aconteceu no Salão e Fórum de Inovação Tecnológica, os produtos apresentados - queijos, licor de leite de cabra e artesanato de fibra de sisal - geraram vários contatos para vendas. Segundo declaração do gerente da cooperativa, Orlando Vilar, "a aceitação do público deve-se ao fato de nossos produtos serem artesanais, produzidos com higiene e excelente qualidade, é este nosso maior diferencial" afirmou Vilar.

Além do licor, são processados: o queijo coalho natural e condimentado, queijo minas frescal, e ricota, todos com a marca Semear. A agroindústria também está produzindo bebidas lácteas (achocolatado e iogurte) e doce de leite de cabra, em fase experimental, para serem utilizadas na merenda escolar.

O projeto é desenvolvido por uma equipe técnica multidisciplinar, formada por bolsistas do CNPq, coordenada pelo Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA/UFPA), dentro do Programa de Tecnologia Apropriada (PPTA/SICICT-PB), e com apoio da Prefeitura Municipal de Amparo, Banco do Nordeste, Sebrae e SAIA.



pediente

PaqTcPB Notícias é uma publicação bimensal da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba

Rua Emilliano Rosendo Silva,
João Pessoa - PB
8.109-772
João Pessoa - PB
(0xx83) 310-9020
(0xx83) 310-9023
contatos@paqtc.rpp.br

Direção
Carlos Minor Tomiyoshi
Raimundo Camelo
Edição e Redação
Geneceuda Monteiro
Diagramação/Design Gráfico
Antônio Carlos /Faber Nóbrega

Composição de
Fotos
Arquivo PaqTcPB
Jornalista Responsável
Geneceuda Monteiro DRT/PB 1.641
Impressão: Epigraf
Tiragem: 1000 exemplares

CAMPINA GRANDE, OUTUBRO DE 2002 - Nº8- ANO 3

Fundação PaqTcPB ganha prêmio da Anprotec

A vontade de resgatar o verdadeiro valor e potencialidade da agricultura familiar, no interior da Paraíba, e com isso gerar emprego e renda através de empreendimentos agrícolas foi a grande causa para a criação do Projeto de Incubação de Micros e Pequenas Agroindústrias em Comunidades Rurais do Semi-árido Paraibano. Tal projeto, da Fundação PaqTcPB, em parceria com o Peasa/UFCG, submetido ao Prêmio Anprotec 2002, sagrou-se vencedor na categoria de Projeto Inovador do ano.

A premiação, anunciada na abertura do XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas - Habitats de Inovação, ocorreu em 19 de setembro, em São Paulo. O seminário é um dos mais expressivos eventos de incentivo e valorização da inovação tecnológica, da transferência de tecnologia e do empreendedorismo nacional, tendo se consolidado também como modelo de referência para a América Latina.

Este prêmio, além do respaldo nacional que concede a Incubadora Tecnológica de Campina Grande, reforça os caminhos trilhados, nos últimos quatro anos, de direcionar ações, também, em prol das comunidades rurais carentes visando, além da geração de renda, o resgate da cidadania dessas populações excluídas das



Prêmio Anprotec 2002

oportunidade
do processo
produtivo

E
mesmo
sucesso
prestígio alcançado
perante os olhos

Parques Tecnológicos do país, apontando duas grandes verdades: a primeira é que o mundo rural está mais vivo do que nunca e pede para ser reconhecido e valorizado suas vocações produtivas e potencialidades. E a segunda, que é possível solucionar muitos dos problemas sociais com pouco investimento e com facilidade de implantação e reprodução.

Conforme o diretor geral da Fundação PaqTcPB, Carlos Minor Tomiyoshi, "foi uma satisfação muito grande ganhar um prêmio de uma instituição nacional com o Anprotec que reconheceu no projeto a importância de agregar o papel social também em empreendimentos de tecnologia. Minor ainda destaca o apoio das instituições como o Peasa/UFCG, CNPq, Sebrae, BNB, FBB e o Governo do Estado da Paraíba, que acreditaram no projeto apoiando em todos os momentos

APEL: 25 anos trilhando a linha do sucesso

A afirmação de que "tempo é dinheiro" é uma máxima bastante expressiva no mundo empresarial, e isso, bem sabe o empresário José Clóvis Vidal.

Há mais de 25 anos no mercado, a frente da APEL - Aplicações Eletrônicas, empresa associada à

Incubadora Tecnológica de Campina Grande - o empresário vem se consolidando cada vez mais.

Responsável por mais de três mil clientes, a Apel atua nos ramos de Radiodifusão Convencional, Radiodifusão Comunitária e Equipamentos de Sonorização de ambientes (Cronometria e Circuito Fechado de TV - CFTV) se destacando, principalmente, com a sonorização de trens urbanos, estações metroferroviárias e, mais recentemente, de aeroportos.

Conforme Clóvis, tudo começou com a difusão de música ambiente por linhas telefônicas (Sistema Mousike), projeto que detém até hoje a patente e foi largamente utilizado em todo o Brasil, ficando conhecido como o som das telefônicas.

Trilhos do sucesso - Após sonorizar todos os trens urbanos do Rio de Janeiro da Flumitrens, recentemente, a Apel conseguiu completar a sonorização de 61 estações metroferroviárias, na Paraíba e no eixo Rio-São Paulo. Tal façanha, além da ousadia, deve-se à falta de concorrentes na área de equipamentos de integração, devido a inexistência de empresas no mercado brasileiro que integrem, completamente, hardware e software.

Este desempenho lhe confere, hoje, o título de líder do mercado nacional neste setor.



Mão de obra feminina: capricho e qualidade no produto final

Além de uma carteira de clientes bastante significativa, formada por grandes empresas nacionais e multinacionais como a Setal, Ttrans, Alstom, Adtrans, Grupo Mpe, Metrô Rio, Demetrô de Belo Horizonte, Siemens, entre outras.

Papel social - Através de uma parceria com a prefeitura municipal de Campina Grande, a empresa cumpre seu papel social empregando cerca de 25 funcionários, entre os quais, portadores de necessidades especiais e menores ligados ao Centro do Pequeno Trabalhador.

Ao todo, são cinquenta funcionários, desse total 70% são mulheres que atuam na produção. Segundo Clóvis Vidal, "como 80% da produção é resolvida em Campina Grande mesmo, a mão de obra feminina representa uma garantia maior de qualidade ao produto devido à paciência e capricho impressos em trabalhos que pedem ajustes minuciosos" esta declaração traz por

terra a idéia de que batom e componentes eletrônicos não combinam.

A soma de todo esse conjunto, resulta na ampliação dos serviços direcionados para novas aplicações no setor de sonorização (Cronometria e CFTV). A exemplo de

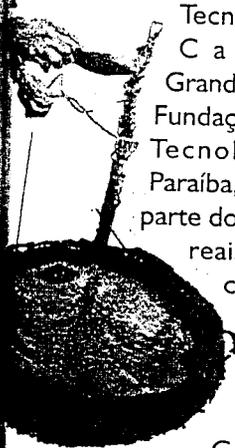
aeroportos, shopping centers, auditórios, clínicas, igrejas, hospitais, hotéis e demais instituições.

A empresa demonstra que mesmo estando no interior da Paraíba conseguiu se consolidar e ser destaque nacional, tornando-se referência de qualidade para o setor de sonorização de ambientes.

Seu desempenho prova que aliando tecnologia, qualidade e sobretudo criatividade é possível superar crises e vencer num mercado cada vez mais competitivo.



Incubadora Tecnológica vai investir em agroindústrias



Em 2003, a Incubadora Tecnológica de Campina Grande ITCG, da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, vai investir parte dos R\$ 85 mil reais, obtidos com a aprovação do Projeto "Seu Ciço", no programa de implantação de agroindústrias em unidades rurais do semi-árido paraibano. Os recursos do investimento são provenientes do Plano Nacional, dentro do Programa de Incubadoras de Empresas/2002.

A aprovação do projeto foi

anunciada pelo presidente do Sebrae, Sergio Moreira, em 17 de setembro, durante a abertura do XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas.

"Seu Ciço" - O título do projeto apresentado pela ITCG ao Sebrae remete à reportagem veiculada na revista Globo Rural, julho 2002, que narra a saga do "Seu Ciço", brasileiro humilde, da zona rural, transformado em pequeno "empresário do setor de agronegócios" do semi-árido paraibano pelas ações da incubadora.

Conforme os técnicos responsáveis pelo Plano de Negócios da ITCG - julho 2002 a dezembro 2003 - as ações para o setor de agronegócios somando-se àquelas para os outros setores prioritários da ITCG: eletro-

eletrônica, TI e *design*, buscam concretizar a fé do "Seu Ciço" e expandir os benefícios da atuação da ITCG em agronegócios para outras "pequenas comunidades de agricultores familiares", do interior do Nordeste brasileiro.

Outra ação do plano de negócios é a de priorizar o desenvolvimento de mais empresas locais, assistidas por ações para incremento de transferência de tecnologias das instituições de P&D em Campina Grande e pela disponibilização de instrumentos, canais e pessoal de Marketing & Vendas.

De acordo com a equipe que aprovou o projeto "Seu Ciço", seu diferencial está no acompanhamento e controle da execução das ações através de indicadores e métrica resumo para o desempenho das empresas e da ITCG.

al Ceninsa

O Portal CENINSA (Central de Informação para Sistemas Agroindustriais) criado para auxiliar na organização de espaços virtuais de negociação no âmbito de arranjos produtivos para o setor agroindustrial, foi lançado com sucesso, em 26 de junho de 2002.

A central reúne um conjunto de informações sobre cada um dos arranjos produtivos (abacaxi, camarão, couro-calçados e ovinocaprino), oferecendo várias possibilidades de busca e navegação para atender às demandas dos atores produtivos e curiosos. Para auxiliar na realização de negócios, o

Portal dispõe de um ambiente para edição, publicação e busca de demandas e oferta de produtos ou serviços.

Segundo o coordenador do projeto, Vicente Albuquerque, não existe nenhum projeto similar no Brasil. "A idéia original do projeto existe desde 1998 num trabalho acadêmico do Curso de Especialização do Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido da Universidade Federal da Paraíba (Peasa/UFPB) e do Programa Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (PENSA/USP)" ressaltou Vicente.

Um aspecto importante a ressaltar é a oportunidade que o Portal oferece aos diferentes atores do arranjo produtivo, para formação de redes de negócios de forma ágil e

direta com as demandas reais. O ator produtivo ou as instituições representativas são responsáveis pela alimentação do espaço virtual de negociação. Outro aspecto importante para os interessados em fazer negócios é que "a ferramenta disponibiliza o Balcom para gerir e canalizar todos os contatos entre empresas ofertantes e demandantes, através da utilização das facilidades oferecidas pelas tecnologias da informação, via Internet." afirmou incisivo Albuquerque.

O projeto executado pela Fundação PaqTcPB, DSC/CCT/UFCG, e Peasa/UFCG, contou com a promoção da Abipti e o financiamento da Sudene/Adene, além dos parceiros institucionais.



Parceria firma contrato para utilização de software

Firmada a parceria entre a Fundação PaqTcPB e a empresa incubada Era Digital para a utilização do software Atualizare. O uso dessa ferramenta vai permitir a produção e divulgação de notícias on-line de forma mais dinâmica.

O Atualizare permite maior facilidade na criação e gerenciamento de conteúdo, sem a necessidade de programação, tornando simples o processo de atualização de conteúdo on-line. Com a simplicidade do processo de copiar, recortar e colar e um editor de textos, os usuários podem realizar o trabalho no menor tempo possível.

Para Henrique Cirne, da Era Digital, "diversos tipos de publicações on-line vão se beneficiar com a ferramenta, principalmente os periódicos on-line, agências de notícias e clipping, portais de conteúdo, jornais, revistas, rádios e retransmissoras de Tv. Henrique acrescenta que o diferencial do produto está na velocidade de atualização e na eficácia comprovada no gerenciamento de grandes volumes de conteúdo.

Atualmente, o Atualizare gerencia o conteúdo dos sites da Era Digital: paraiba.com., da Mesorregião do Cristalino, e ainda

está sob análise para contratação várias outras empresas e instituições paraibanas, como: FACISA, Sho Luíza Motta, IEL, PMCG, Fapesp Line, Rádio 98 FM, Grupo Corre Comunicação, Sistema Paraíba Comunicação e TV Tambaú.

Conforme Raimundo Caldeira, diretor financeiro da Fundação PaqTcPB, "com o Atualizare e o departamento de comunicação tornará versátil, a divulgação de notícias via Internet será imediatamente acessível. A assessoria divulgará as notícias em tempo real na Web, sem dependência de outros profissionais" com o Camelo.

Fundação PaqTcPB adere à franquia social

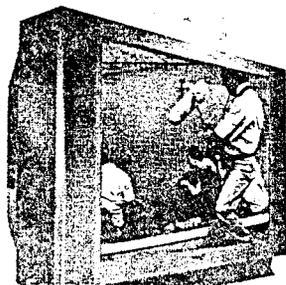
A Fundação PaqTcPB adere ao processo de franquia social proposto pela Fundação Banco do Brasil, com o assessoramento do Instituto de Franchising/Cherto Networking Ltda. Um dos alvos da franquia é a tecnologia social "Projeto PCHS na Aqüicultura Utilizando Rejeito de Dessalinizador".

O projeto passará por um processo de estruturação de maneira detalhada e sistemática de modo que possa ser replicado de

forma consistente, permitindo que seus resultados sejam ampliados, atingindo outras comunidades e trazendo benefícios para toda a sociedade.

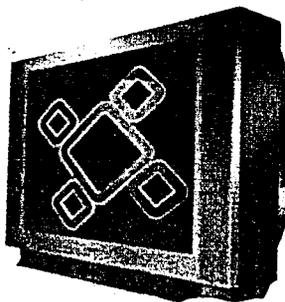
Concluído o processo de franquia social, serão preservados os direitos autorais e intelectuais da Fundação PaqTcPB, gestora da tecnologia, recebendo os respectivos créditos autorais em todas as atividades previstas no mesmo.

Camarão Mandacaru na telinha



Equipe durante gravação de entrevista

Quem esteve recentemente na Paraíba foi a equipe do Globo Rural, da TV Globo, liderada pelo repórter Vico Iasi. O motivo da visita foi a produção de uma matéria sobre o projeto, coordenado pela Fundação PaqTcPB e Peasa, de criação de camarão marinho com rejeito de dessalinizador. A produção gravada em Poleiros, Barra de Santa Rosa, onde o projeto está instalado, será veiculada em breve.



a língua

possendo

No cenário gramatical, os porquês das dúvidas são inúmeros. Por que as pessoas não conseguem assimilar as regras? Será porque elas não necessariamente entendem as porquês? Porque se você não compreende, é difícil fixá-las. Mas, se você não entende todos esses porquês, não consegue aprender.

1. PORQUE - como conjunção causal para substituir as palavras que causam respostas. Não é a causa da dúvida, não é o motivo.

2. PORQUE - quando usado para explicar o motivo que similitude não contém. É ainda muito usado propondo regras e regras.

3. PORQUE - quando usado para explicar o motivo que você...